ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC GUSTAVO CABRAL THOMÉ

A ÁFRICA DA ZOPACAS:

Uma visão realista das ações dos EUA e da China na região entre 2000 e 2020.

Rio de Janeiro

2021

CC GUSTAVO CABRAL THOMÉ

A ÁFRICA DA ZOPACAS:

Uma visão realista das ações dos EUA e da China na região entre 2000 e 2020.

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1) Leonardo Faria de Mattos

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2021

Dedico este trabalho aos meus pais, Antonio Carlos e Liliana (*in memoriam*), pelo amor incondicional e por tudo que sou hoje. Dedico também à minha esposa Carolinne pelo amor, paciência e compreensão pelos momentos de ausência e dedicação à carreira naval.

AGRADECIMENTOS

À minha esposa Carolinne, pelo amor e carinho, além do irrestrito e persistente incentivo durante o período de elaboração deste trabalho.

Aos meus pais Antonio Carlos e Liliana, a quem devo tudo o que sou hoje. Foram eles que me proporcionaram esse caminho que levou a tantas vitórias!

Ao Capitão-de-Mar-e-Guerra (RM1) Leonardo Faria de Mattos, meu orientador, pela motivação acadêmica, confiança, disponibilidade, incentivos constantes e preciosos ensinamentos ao longo da jornada de dedicação à pesquisa.

Aos Capitão de Mar-e-Guerra (Ref) Cláudio Marin Rodrigues e Capitão-de-Fragata (RM1) Ohara Barbosa Nagashima pela incansável dedicação aos Oficiais-Alunos do curso e pelo esmero na orientação metodológica.

À Escola de Guerra Naval, pela excelência do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores de 2021.

Finalmente, à Marinha, pela disponibilidade deste curso que agregou tanto conhecimento para a minha vida profissional e abriu caminhos para novas oportunidades.

RESUMO

O propósito da pesquisa é analisar se as ações e interesses dos Estados Unidos da América (EUA) e da China na África Ocidental estão em consonância com a Teoria Realista. O tema demonstra-se relevante ante a necessidade de compreensão da política internacional envolvendo o continente Africano, assim como da acirrada disputa geopolítica entre EUA e China na região. Para alcançar esse objetivo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental, adotando-se um estudo analítico focado na análise das ações dessas duas grandes potências em seis países da África Ocidental, pertencentes à Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). O período analisado foi entre 2000 e 2020. O trabalho também apoiou-se na aplicação da Teoria Realista, segundo a qual os Estados buscam atender seus interesses definidos em termos de poder. Para tanto, foram utilizadas as expressões econômica e militar do Poder Nacional com a finalidade de realizar a análise das ações. Após inter-relacionar a teoria com os dados coletados, concluiu-se que os EUA e a China buscaram aumentar o seu Poder Nacional na região, comprovando, portanto, o caráter realista de suas ações.

Palavras-chave: África da ZOPACAS, Estados Unidos da América, China Teoria Realista.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Recursos Naturais da África.....59

Figura 2 - Países pertencentes à ZOPACAS.....60

Figura 3 - Unified Combatant Command's Areas of Responsibility.....67

Figura 4 - US AFRICOM e sua criação a partir de partes da USEUCOM, USCENTCOM e USPACOM..... 68

Figura 5 - Balança Comercial entre China e África, período de 2002 a 2019.....69

Figura 6 - Localização de possíveis futuras bases chinesas na África Ocidental.....70

Figura 7 - Participação da China em Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas na África, período de 2009 a 2018.....71

Figura 8 - Posição estratégica do porto de Walvis Bay.....72

Gráfico 1 - Balança Comercial entre EUA e Nigéria, período de 2000 a 2020.....61

Gráfico 2 - Balança Comercial entre EUA e Angola, período de 2000 a 2019.....62

Gráfico 3 - Balança Comercial entre EUA e África do Sul, período de 2000 a 2020.....63

Gráfico 4 - Balança Comercial entre EUA e São Tomé e Príncipe, período de 2000 a 2019....64

Gráfico 5 - Balança Comercial entre EUA e Cabo Verde, período de 2000 a 2019.....65

Gráfico 6 - Balança Comercial entre EUA e Namíbia, período de 2000 a 2020.....66

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGOA -	*African Growth and Opportunity Act*
AMEP -	*Africa Military Education Program*
BRI -	*Belt and Road Initiative*
CEIC -	Centro de Estudos e Investigação Científica
EUA -	Estados Unidos da América
FA -	Forças Armadas
FOCAC -	*Forum on China-Africa Cooperation*
OEC -	*Observatory of Economic Complexity*
ONU -	Organização das Nações Unidas
PIB -	Produto Interno Bruto
ISIS -	*Islamic State of Iraq and Syria*
RAS -	República da África do Sul
RPC -	República Popular da China
SACU -	*Southern African Customs Union*
SAR -	*Special Administrative Region*
SI -	Sistema Internacional
TIDCA -	*Trade, Investment, and Development Cooperative Agreement*
TIFA -	*Trade and Investment Framework Agreements*
ZOPACAS -	Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 9

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 11

2.1 A Teoria Realista, segundo Morgenthau 11

2.1.1 A Luta pelo Poder 12

2.1.2 O Elemento Ideológico na Política Internacional 13

2.1.3 O Poder Nacional 14

2.2 A dinâmica das Relações Internacionais 15

3 A ÁFRICA E A OPACAS 16

3.1 A África 16

3.1.1 Antecedentes Históricos 16

3.1.2 Elementos Econômicos 19

3.2 A ZOPACAS 20

4 O INTERESSE E PRESENÇA DOS EUA NA ÁFRICA DA ZOPACAS 21

4.1 Interesses Econômicos nos seis países africanos, membros da ZOPACAS 21

4.1.1 Nigéria 23

4.1.2 Angola 23

4.1.3 África do Sul 24

4.1.4 São Tomé e Príncipe 26

4.1.5 Cabo Verde 26

4.1.6 Namíbia 27

4.2/ Interesses e Presença Militar nos seis países africanos, membros da ZOPACAS 27

4.2.1 Nigéria 29
4.2.2 São Tomé e Príncipe 30
4.2.3 Cabo Verde 31
4.2.4 Namíbia 31
4.3 Conclusões Parciais 31

5 O INTERESSE E PRESENÇA DA CHINA NA ÁFRICA DA ZOPACAS 33
5.1 Interesses Econômicos nos seis países africanos, membros da ZOPACAS 34
5.1.1 Nigéria 35
5.1.2 Angola 36
5.1.3 Africa do Sul 37
5.1.4 São Tomé e Príncipe 38
5.1.5 Cabo Verde 39
5.1.6 Nigéria 41
5.2 Interesses e Presença Militar nos seis países africanos, membros da ZOPACAS .. 42
5.2.1 Nigéria 44
5.2.2 Angola 45
5.2.3 África do Sul 46
5.2.4 São Tomé e Príncipe 47
5.2.6 Namíbia 48
5.3 Conclusões Parciais 49

6 CONCLUSÃO 51

REFERÊNCIAS 54

ANEXOS 59

1 INTRODUÇÃO

As grandes potências do mundo estão competindo, veementemente, pelo controle dos abundantes recursos naturais do continente africano. Esses países buscam consolidar seus investimentos no continente, enquanto procuram expandir suas economias além dos setores de petróleo e gás. A presença militar estrangeira também está crescendo no continente sob o argumento de esforços antiterroristas.

Os Estados Unidos das América (EUA), apesar de uma significativa redução de espaço em razão da presença da República Popular da China (RPC), ainda é uma potência estrangeira de relevante influência no continente africano. Isso porque, dentre outros motivos, investiu, durante décadas, bilhões de dólares em auxílios, saúde, projetos de desenvolvimento, programas culturais e educacionais, além de ter apoiado operações de manutenção e construção da paz e de intervenção humanitária. Como contrapartida, utilizou os imensos recursos naturais da África para atender às necessidades de suas indústrias.

No entanto, nas últimas duas décadas, a China, segunda maior economia do mundo, tornou-se o mais importante e influente parceiro comercial e de desenvolvimento da África. Além de não possuir um passado colonial no continente, tendo apoiado a sua luta de libertação em meados do século XX, sua história "limpa" torna mais fácil para o país ampliar sua influência sob a referida região.

Desse modo, destaca-se que o propósito deste trabalho é analisar, com base nas expressões do poder militar e econômico entre os anos 2000 e 2020, os interesses e a presença dessas duas potências, EUA e China, na África Ocidental. Todavia, devido à limitação de páginas deste trabalho, somente serão objeto do estudo a Nigéria, África do Sul e Angola, visto que foram as três maiores economias da África Ocidental no período considerado, e São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Namíbia por serem sede de uma Missão Naval Brasileira.

Destaca-se, ainda, que foi adotada a hipótese de que as ações dos EUA e China, no período supracitado, foram baseadas nas concepções da Teoria Realista de Hans Morgenthau[1] (1904-1980), de modo que a metodologia empregada é um estudo analítico, fundamentado em pesquisa bibliográfica e documental, que busca concluir a aplicabilidade da Teoria Realista com as ações das potências mencionadas.

A relevância do estudo tem como escopo a compreensão da política internacional envolvendo o continente africano, assim como da acirrada disputa geopolítica entre EUA e China na região.

No que tange à estrutura, é necessário elucidar que o presente trabalho está dividido em seis capítulos. A introdução, ora em curso, tem como objetivo precípuo apresentar o tema, o propósito a ser atingido e a sua limitação temporal. O segundo capítulo apresentará os aspectos teóricos do realismo, segundo Morgenthau, assim como a dinâmica das relações internacionais sob a sua ótica. Pretende-se, também, fornecer as informações preliminares necessárias à compreensão dos aspectos a serem analisados nos capítulos subsequentes. No terceiro, abordar-se-á os antecedentes históricos da África, os principais aspectos econômicos dos seis países objetos da pesquisa e o conceito de Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). No quarto e quinto serão apresentados os principais interesses e a presença dos EUA e da China em cada um desses países, no período citado e sob o enfoque econômico e militar. Por fim, no último capítulo, o trabalho será concluído constando uma breve recapitulação dos capítulos anteriores e de todas as ações analisadas, buscando, dessa forma, validar a hipótese empregada.

[1] Segundo Ronaldo M. Sardenberg que prefaciou a versão brasileira de *A Política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz* (MORGENTAHU, 2003), Hans Morgenthau foi um dos mais respeitados cientistas políticos norte-americanos, como pioneiro na articulação da teoria realista das relações internacionais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica a ser utilizada no corrente trabalho será abordada neste capítulo, permitindo um melhor entendimento dos argumentos que serão analisados *a posteriori*. Dessa forma, o capítulo será dividido em duas seções: a primeira apresentará a Teoria Realista segundo Hans Morgenthau, considerado o pai do realismo clássico; e a segunda abordará o conceito de Sistema Internacional (SI) e a dinâmica de suas relações, sob a ótica da mesma teoria.

2.1 A Teoria Realista, segundo Morgenthau

A escola realista é a mais antiga e ilustre dentre as escolas de pensamento em Relações Internacionais (CASTRO, 2012). Remetendo os seus fundamentos filosóficos a Thomas Hobbes[2] (1588-1679), este relaciona a noção da anarquia internacional ao estado de natureza, na qual o "homem é lobo do próprio homem" (MIGUEL, 2010).

Elevando este conceito para o de um Estado, para o realismo atual o Estado é o lobo do próprio Estado, tendo como pilar a incredulidade quanto à importância dos conceitos morais nas relações entre si, a inexistência de um bem comum que aproxima os Estados no plano internacional e a priorização dos interesses próprios em detrimento aos coletivos (MORGENTHAU, 2003).

Segundo Castro (2012), Morgenthau estabelece em sua obra "A Política entre as Nações" seis principais axiomas centrais de pensamento, revelando certo grau de objetividade e de cientificidade das leis gerais que governam o poder baseando-se nos interesses das grandes

[2] Thomas Hobbes foi um filósofo e teórico político inglês, sendo um dos formuladores da teoria contratualista e autor do livro *O Leviatã* (MINGST, 2014).

potências. Também reconhece a segurança e a soberania estatal como prioridades de toda política externa e refuta a ideia de que regras e princípios morais tenham uma abrangência universal e sejam norteadoras da conduta internacional dos Estados.

Em síntese, tais axiomas destacam: a objetividade do realismo político e seu nexo direto com o estado primitivo da natureza humana, em um sentido pessimista; a importância fulcral do interesse nacional, qualificada como mutável; a questão moral nas relações internacionais, observando o conjunto dos preceitos morais que regem o universo político e os anseios morais de uma nação como elementos distintos; e, por fim, a postulação do realismo político na percepção da realidade.

2.1.1 A Luta pelo Poder

No contexto da luta pelo poder, Morgenthau (2003) analisa a política dos Estados em relação ao *status quo*, sugerindo uma tipificação das políticas externas nacionais, quais sejam: políticas de manutenção do poder, de expansão (imperialismo) e de demonstração (prestígio).

De maneira concisa, países cujas diretrizes políticas externas estejam mais dispostas a conservarem o poder, tal como existe em um momento particular da história, e não modificarem a sua distribuição perseguem uma política de *status quo*. Já os países onde a política exterior busca alcançar mais poder, por meio de transformações nas relações existentes, seguem uma política de imperialismo. Neste contexto, Morgenthau (2003) entende que há três tipos de estímulos, de objetivos típicos e de métodos do imperialismo, os quais são a seguir explicitados.

Os estímulos seriam: a guerra vitoriosa, alicerçada na ideia de que o país que antecipa a vitória procura modificar as relações com o inimigo independentemente dos objetivos iniciais às hostilidades. A relação de poder estabelecida entre os atores após a guerra será transformada no novo *status quo* do ajuste de paz; a guerra perdida, na qual o derrotado, mais cedo ou mais

tarde, buscará empregar a mesma política imperialista de modo a reconquistar o que perdeu e, em sendo possível, conquistar algo a mais; e por fim a fraqueza, fundamentada na premissa de que existência de Estados fracos causa vácuo de poder e esta é uma atração e estímulo ao imperialismo.

Os objetivos típicos podem ser a conquista de todo o globo politicamente organizado; um predomínio de poder de maneira localizada; e pode se apresentar restringida por limites geográficos definidos, tais como fronteiras físicas de um continente.

Com relação aos métodos, estes podem ser: militar, desejando a conquista terrena; econômico, com a exploração e controle econômico de outros povos sem a necessidade da conquista de território; e cultural, almejando a substituição de uma cultura por outra sem objetivar a conquista de território ou o seu domínio econômico.

Por fim, países com uma política exterior que objetivam a demonstração de seu poder, quer seja com o fim de mantê-lo ou aumentá-lo ainda mais, praticam uma política de prestígio. Assim sendo, utilizam-se de dois instrumentos específicos para alcançar o seu fim: o cerimonial diplomático e a exibição de força militar, apresentando como dois possíveis objetivos a busca do prestígio como um fim em si mesmo ou para apoio a uma política de *status quo*/imperialista no campo das relações internacionais (MORGENTHAU, 2003).

Independentemente de quais sejam os intentos da política internacional, de acordo com a teoria realista, a luta pelo poder sempre será o seu objetivo principal.

2.1.2 O Elemento Ideológico na Política Internacional

É um aspecto intrínseco de toda e qualquer política, que sua verdadeira essência se disfarce por trás de fundamentações ideológicas. Tratando-se de política internacional, as políticas imperialistas buscam com certa frequência recorrerem a disfarces ideológicos,

enquanto as de manutenção do *status quo* são mais fidedignas a sua realidade (MORGENTHAU, 2003).

Em épocas mais recentes, o imperialismo vem utilizando-se da ideologia de ordem biológica, em que o país mais forte almeja o seu "lugar ao sol". A ideologia da superpopulação, no caso da China, baseia-se na busca de fontes de matérias-primas e alimentos para a sua enorme e crescente população nacional.

2.1.3 O Poder Nacional

A definição de poder, segundo Morgenthau (2003, p. 51), "é o controle do homem sobre as mentes e ações de outros homens". Elevando este conceito do aspecto individual para o de um Estado, chega-se ao conceito de Poder Nacional[3] e os elementos que o constituem, quais sejam: Geografia, Recursos Naturais, Grau de Preparação Militar, Capacidade Industrial, População, Índole Nacional, Moral Nacional, Qualidade da Diplomacia e Qualidade do Governo.

Para fins deste trabalho, foram selecionados dois dentre os elementos apresentados para atuarem como variáveis a serem analisadas nos próximos capítulos. O primeiro refere-se aos Recursos Naturais, sendo destacados por Morgenthau os alimentos, relacionados ao grau de autossuficiência (ou carência) de um Estado e constituindo um elemento relativamente estável na formação do poder nacional; as matérias primas associadas à produção industrial, a crescente mecanização do esforço bélico e sua utilização como fonte de energia, modificando

[3] De acordo com o Glossário das Forças Armadas (FA), Poder Nacional "é a capacidade que tem a Nação para alcançar e manter os Objetivos Nacionais, em conformidade com a Vontade Nacional. Manifesta-se em cinco expressões: a política, a econômica, a psicossocial, a militar e a científico-tecnológica" (BRASIL, 2015, p. 212). No entanto, neste trabalho serão adotados o conceito e os elementos apresentados por Morgenthau (2003) na Teoria Realista.

com isso a hierarquia real e potencial entre os atores do sistema internacional (SI); por fim, o poder do petróleo como fonte de energia indispensável.

O segundo elemento refere-se ao Grau de Preparação Militar, primordial no apoio à política externa de um Estado. Segundo Morgenthau, tal capacidade é dependente de uma soma de aspectos, sendo os mais significativos a tecnologia à disposição das Forças Armadas, liderança militar e a quantidade e qualidade dos homens que a compõem.

A sucinta descrição da Teoria Realista nos leva a depreender que as ações dos Estados afluem no esforço pela ampliação do Poder Nacional, capacitando-os assim a ditar suas vontades sobre outros Estados.

2.2 A dinâmica das Relações Internacionais

A concepção realista sobre o SI é de que o mesmo é anárquico, ou seja, não há autoridade acima do Estado. A não existência de uma ordenação internacional hierarquizada, sustentada na autoridade e subordinação formal, acaba por tornar o embate permanente, onde cada parte se dedica aos seus próprios interesses.

Embora valorizem a continuidade, os realistas reconhecem que mudanças podem ocorrer no sistema internacional e atribuem como causa os seguintes fatores: mudança no número de atores principais ou no poder relativo entre eles; ou mudanças externas ao sistema. Outro mecanismo identificado por Mingst (2014) repousa nas diferentes taxas de crescimento dos Estados, provocadas por fenômenos políticos, econômicos e tecnológicos, resultando um rearranjo nas posições relativas entre Estados e, consequentemente, na redistribuição de poder.

No próximo capítulo serão abordados aspectos relevantes do continente africano e da ZOPACAS, necessários para a contextualização das ações que serão descritas nos capítulos que se seguem.

3 A ÁFRICA E A ZOPACAS

Neste capítulo, composto de duas seções, serão abordados os antecedentes históricos e os aspectos econômicos mais relevantes da África, em especial da sua costa ocidental. Conhecer e compreender essas informações facilitam entender o interesse exponencial de diversas potências com o continente africano, destacando-se, nesse contexto, a sua abundância em recursos naturais e seu vasto mercado formado pela sua população.

Na segunda seção, será apresentado o conceito da ZOPACAS, seu propósito e países que a integram.

3.1 A África

3.1.1 Antecedentes Históricos

Antes de adentrar propriamente ao estudo dos aspectos econômicos do continente africano, se faz relevante uma breve contextualização, a qual contemplará uma análise de seu passado, colonização, processo de independência de suas nações, além de uma análise das consequências que se perpetuaram até os dias atuais. Ressalta-se que as respectivas informações facilitarão o entendimento e compreensão da relação de dependência da África com as grandes potências estrangeiras e, acrescidas em seguida aos aspectos econômicos, compreender-se-á, de modo completo e satisfatório, o porquê, englobando as razões e motivos, do interesse e presença dessas potências no continente.

De acordo com Hernandez (2008):

> A África vive uma tripla condição restritiva: prisioneira de um passado inventado por outros, amarrada a um presente imposto pelo exterior e, ainda, refém de metas construídas por instituições internacionais que comandam a economia. (HERNANDEZ, 2008, p. 11)

Em sua obra, ela destaca que durante o período de 1500 a 1800, a África pré-colonial era organizada social e politicamente através de “reinos”, “Estados” e “impérios”. As trocas cotidianas entre essas organizações originaram o desenvolvimento de redes comerciais no interior do continente. Uma das principais mercadorias, em especial nas rotas transaarianas[4], era a de escravos, mas também era possível observar o intercâmbio de outros produtos como ouro, sal, noz-de-cola, tecidos, porcelana etc.

Impulsionados, a princípio, pela necessidade de trigos e cereais e, em seguida, pelo desejo de ganhos com metais preciosos e especiarias, por volta do ano de 1430 a costa africana foi sendo, gradualmente, desbravada pelos viajantes-exploradores portugueses. Os países europeus, em especial a partir do ano de 1830, passaram a enviar missionários e exploradores a fim de trazerem relatos e notícias daquelas terras até então desconhecidas e misteriosas e, com isso, o continente começou a efetivamente ser rasgado. As aludidas viagens exploratórias aceleraram o processo de “roedura” do continente e trouxeram para discussão a sua partilha, incentivada pela crise em que se encontrava o Império Otomano e pelo término do tráfico de escravos. Nesse ponto, destaca-se que a Conferência de Berlim (1884-1885) foi o grande marco deste processo e suas consequências para a África se fazem presentes até os dias atuais (HERNANDEZ, 2008).

A Conferência teve a participação de Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos da América, França, Grã-Bretanha, Holanda, Império Austro-Húngaro (atuais Áustria e Hungria), Império Otomano (atual Turquia), Itália, Portugal, Rússia e Suécia, sendo certo que seus principais objetivos eram garantir a livre navegação e comércio nas bacias dos

[4] São os caminhos do comércio caravaneiro que cruzam o deserto do Saara na África Centro-Ocidental. São diversas rotas interligando as economias locais e regionais do Sahel à costa mediterrânea no norte da África. Disponível em: <https://studhistoria.com.br/qq-isso/rotas-transaarianas>.

rios Níger e Congo, o combate ao tráfico de escravos e a disseminação do cristianismo no continente.

Finalizada em fevereiro de 1885, a partir desta, de acordo com Hernandez (2008), o continente africano sofreu um tipo de violência geográfica, através do qual todo o seu espaço foi recortado de modo a ser explorado e submetido ao controle. Constata-se que as especificidades linguísticas, religiosas e culturais e os direitos dos povos africanos foram ignorados, ou seja, as novas fronteiras aprovadas na Conferência frequentemente não coincidiam com as anteriores à chegada dos portugueses, gerando, dessa forma, uma série de conflitos. Com exceção da Libéria e da Etiópia, o continente ficou quase que inteiramente sob o domínio europeu. Segundo a autora menciona em sua obra:

> Todos esses fatos indicam uma convergência de interesses econômicos e políticos em torno do continente africano, abrangendo o estabelecimento de pontos de ocupação com a assinatura de inúmeros tratados com os potentados africanos, tornando-os presas fáceis para os colonialismos europeus dos finais do século XIX. (HERNANDEZ, 2008, p. 61).

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) trouxe também um enfraquecimento econômico e político às potências europeias, possibilitando o processo de descolonização do continente africano (OLIC; CANEPA, 2004). A participação da África nesta guerra representou a luta do continente contra a presença e exploração por parte dos países estrangeiros e a busca pela dignidade humana. Ao término, o surgimento dos EUA e da União Soviética (URSS) como as novas potências planetárias e o nascimento da Organização das Nações Unidas (ONU) são alguns dos fatores que também contribuíram com o processo de descolonização pelo mundo (MAZRUI; WONDJI, 2010).

Do final da II GM até os anos 1980, segundo a obra “História Geral da África, VIII”, observou-se a descolonização política da África e, no início dos anos 1990, viu-se o fim do

apartheid[5] e do racismo que até então eram institucionalizados no continente. Nota-se que o processo de independência não foi um processo simples para muitos dos países africanos, fruto da dependência existente a países estrangeiros, da fragilidade do desenvolvimento industrial e das falhas na formação dos mesmos como Estados. Até os dias de hoje, exemplificativamente, é possível observar que o continente é aflito por violentos conflitos étnicos e/ou tribais (MAZRUI; WONDJI, 2010).

3.1.2 Elementos Econômicos

A economia africana na era pré-colonização europeia tinha como objetivo atender suas próprias necessidades, predominantemente tribal de subsistência. Após a dominação colonial, suas melhores terras destinaram-se ao cultivo de monoculturas tropicais, com emprego de mão de obra barata e destinada à exportação, e passaram-se também a extrair riquezas minerais de seus solos, implantando para isso um sistema ferroviário que permitisse o escoamento da produção mineral até os principais portos do litoral. Apesar das nações africanas terem conquistado suas independências, continuam bastante dependentes do mercado internacional.

Rica em petróleo e recursos naturais, a África é a região do mundo que mais cresce em termos de investimento estrangeiro direto. Trata-se de um continente abundante de promessas e riquezas inexploradas - desde petróleo, minerais e terras até grandes quantidades de capital humano. Possui aproximadamente 30% dos recursos minerais remanescentes da Terra. Além de petróleo e gás, também é rica em minerais preciosos, diamantes, ouro, níquel, urânio, pozolana, peixe, madeira, titânio, grafite, tabaco, minério de ferro, fosfatos, alumínio, gás e cobre (FIG. 1) (ALJAZEERA, 2018).

---

[5] De acordo com OLIC; CANEPA, 2004: “Regime de segregação racial implantado pela minoria branca na África do Sul em 1948. Cerceou os direitos políticos e sociais da maioria negra, provocando um desenvolvimento separado no país. Estendeu-se oficialmente até 1994”.

Faz-se destacar assim a importância da África no aspecto da reserva energética, tópico este que vêm tornando-se uma preocupação para a população global. Segundo Tony Hayward (1957 -), Chefe Executivo do Grupo *British Petroleum*: "[...] mercados globais de energia [...] um equilíbrio apertado entre a oferta e a demanda. Isto colocou questões como segurança energética, comércio de energia e energias alternativas na vanguarda da agenda política mundial"[6] (CUSTERS; MATTHYSEN, 2009, p. 21, tradução nossa).

3.2 A ZOPACAS

A ZOPACAS foi criada pela ONU em 1986 com o intuito precípuo de promover a cooperação econômica e comercial, científica e técnica, política e diplomática na região, bem como a de ser uma zona livre de armas nucleares, paz, estabilidade, segurança e a redução da presença militar de potências extrarregionais no Atlântico Sul (BRASIL, 2020).

Além do Brasil, outros 23 países são signatários da ZOPACAS, os quais podem ser visualizados na FIG. 2: Argentina, Angola, África do Sul, Benin, Costa do Marfim, Congo, Camarões, Cabo Verde, Guiné Equatorial, Guiné-Bissau, Guiné, Gana, Gâmbia, Gabão, Libéria, Nigéria, Namíbia, República Democrática do Congo, Serra Leoa, Senegal, São Tomé e Príncipe, Togo e Uruguai (BRASIL, 2020).

Dos seis países objetos de análise neste trabalho, três se encontram entre as seis maiores economias da Zona: África do Sul, Angola e Nigéria (BOLETIM GEOCORRENTE, 2020). Em razão da riqueza, do potencial a ser explorado e da importância geopolítica desta região, serão apresentados nos dois capítulos seguintes as ações e interesses dos EUA e da China nos seis países previamente escolhidos da África da ZOPACAS.

---

[6] No original, em inglês: "*[...] global energy markets [...] a tight balance of supply and demand. This has put issues such as energy security, energy trade and alternative energies at the forefront of the political agenda worldwide*".

4 O INTERESSE E PRESENÇA DOS EUA NA ÁFRICA DA ZOPACAS

Neste capítulo será analisada a atuação dos EUA, no período proposto, com foco nas expressões econômica e militar, buscando associá-las aos conceitos e variáveis do Poder Nacional de Morgenthau, com a finalidade de validar a hipótese utilizada nesta pesquisa.

As primeiras interações entre EUA e África baseiam-se, primordialmente, no tráfico de escravos no século XVII. O fim da Guerra de Secessão (1861-1865) marcou um período de declínio deste relacionamento, o qual só viria a retornar com destaque após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, retornando o continente africano a fazer parte da pauta estratégica estadunidense (NEWMAN; SCHMALBACH, 2010).

A crescente presença chinesa desde meados dos anos 1990, bem como o novo posicionamento dos países africanos no sistema internacional, marcam um novo momento nas relações EUA-África. Como ressaltado pela Teoria Realista, o comportamento das grandes potências é condicionado pelo ambiente externo e pela estrutura anárquica do SI. Essas alterações na política externa estadunidense podem ser interpretadas como ações necessárias para a manutenção de seu poder, ou *status quo*.

4.1 Interesses Econômicos nos seis países africanos, membros da ZOPACAS

Os anos 2000 podem ser considerados como um novo período nas relações externas africanas. Neste ano, durante o Governo Bill Clinton (1993-2001), houve a promulgação do *African Growth and Opportunity Act* (AGOA), através do qual foram reduzidas as barreiras comerciais entre os EUA e os países da África Subsaariana[7]. Em 2001, Dick Cheney (1941-),

[7] Região do continente africano composta por 47 países e que se localiza geograficamente abaixo do Deserto do Saara. Também chamada de "África Negra", é a zona onde reside a maioria da população negra do continente.

Vice-Presidente à época, mencionou que a África seria uma das grandes fontes de fornecimento de petróleo ao seu país. Desde então, as estratégias dos EUA para a África têm objetivado consagrar os pilares de cooperação, como a promoção de crescimento e oportunidades; promoção da paz e segurança; estímulo ao comércio, investimentos e crescimento econômico; e fortalecimento das instituições democráticas (ALVES, 2016).

Em 2018 foi publicado o documento "Estratégia dos EUA para a África", com ênfase na questão econômica, sobretudo no fortalecimento de programas de auxílio e dos laços comerciais. Reforçar os laços econômicos com a região não só é essencial para proteger os interesses de segurança nacional e melhorar as oportunidades dos trabalhadores e empresas americanas, como também é vital para salvaguardar a independência econômica dos estados (THE HERITAGE FOUNDATION, 2018).

Antes de adentrar nas relações e interesses econômicos com os países objetos deste trabalho, é de suma importância destacar que a África Subsaariana, da qual são integrantes, é confrontada com uma confluência de desafios e oportunidades energéticas diretamente relevantes para os interesses econômicos dos EUA. Nessa conjuntura, observa-se que a pobreza energética obstaculiza o desenvolvimento econômico, alimentando a instabilidade política e a criação de Estados fracos. Sem energia comercial para apoiar o crescimento econômico e a modernização, o caminho para o emprego e para a classe média de centenas de milhões de jovens é bloqueado, semeando uma insatisfação crescente (BANKS, 2013).

A seguir serão elencadas e explicitadas as relações bilaterais, acordos e laços comerciais entre os respectivos países, salientando que os dados apresentados foram obtidos das páginas oficiais do Escritório Executivo do Representante Comercial dos Estados Unidos,

---

É conhecida por ser o "berço da humanidade", ao passo em que também é considerada como "a última fronteira do capitalismo". Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/Africa-subsaariana.htm>.

focado em assessorar o presidente em questões comerciais, e do Departamento de Estado, seção *Bureau of African Affairs*.

4.1.1 Nigéria

Desde o ano de 2000, a Nigéria possui com os EUA um Acordo de Comércio e Investimento (*Trade and Investment Framework Agreements* - TIFA), por meio do qual são fornecidas estruturas estratégicas e princípios objetivando o diálogo acerca das questões de comércio e investimento.

As principais categorias de importação em 2019 foram: combustíveis minerais, sementes e frutos oleaginosos (plantas), fertilizantes e cacau. As principais categorias de exportação foram: veículos, cereais (trigo), máquinas, combustíveis minerais e plásticos.

Com a crise da COVID-19 em 2020, notou-se uma significativa queda nos preços do petróleo, além de um declínio em sua demanda. Antes desse acontecimento, a produção de óleo de xisto norte-americano havia ocasionado uma redução significativa na exportação de petróleo bruto nigeriano.

Para melhor visualizar as relações comerciais nos últimos anos, o GRAF. 1 apresenta as importações, exportações e balança comercial entre os países, no período de 2000 a 2020.

4.1.2 Angola

É o seu terceiro maior parceiro comercial na África Subsaariana, principalmente em razão de suas exportações de petróleo. O TIFA entre os países foi assinado em 2009, com o intuito de reforçar e melhorar os laços de amizade e o espírito de cooperação, ampliar o comércio, intensificar as relações econômicas entre as partes e trabalhar em conjunto para

melhorar as relações econômicas internacionais. Nesse mesmo ano, os EUA declararam Angola como sendo um dos três "parceiros estratégicos" no continente africano, além da Nigéria e da África do Sul. O Diálogo de Parceria Estratégica Estados Unidos - Angola foi formalizado através da assinatura de um Memorando de Entendimento, em julho de 2010.

Cabe observar que, antes mesmo de aderir à AGOA, os EUA já eram um dos principais parceiros comerciais do país, responsável pela maior parte das exportações angolanas, em especial o petróleo.

As principais categorias de importação da Angola em 2019 foram: combustíveis minerais, metais preciosos e diamantes, produtos de ferro e aço e maquinário elétrico. As principais categorias de exportação para Angola foram: máquinas, carnes (aves), máquinas elétricas, produtos químicos diversos e produtos de ferro e aço.

Para melhor visualizar as relações comerciais nos últimos anos, o GRAF. 2 apresenta as importações, exportações e balança comercial entre os países, no período de 2000 a 2019.

4.1.3 África do Sul

Desde a abolição do *apartheid* e das eleições democráticas ocorridas em 1994, os países têm desfrutado de uma sólida relação bilateral. O TIFA entre os países foi assinado em 2012, alterando o acordo assinado em 1999. Além disso, os Estados Unidos da América e a União Aduaneira da África Austral (*Southern African Customs Union* - SACU), que inclui a África do Sul, assinaram um Acordo de Comércio, Investimento e Cooperação para o Desenvolvimento (*Trade, Investment, and Development Cooperative Agreement* - TIDCA) em 2008. Em síntese, o TIDCA estabelece um fórum para discussões consultivas, trabalho cooperativo e possíveis acordos sobre uma ampla gama de questões comerciais, com foco

especial nas alfândegas e facilitação do comércio, barreiras técnicas ao comércio, medidas sanitárias e fitossanitárias e promoção do comércio e dos investimentos.

A África do Sul também se beneficia do Sistema de Preferências Generalizadas dos EUA, maior e mais antigo programa de preferências comerciais que oferece tratamento não recíproco e isento de impostos, permitindo que muitos dos países em desenvolvimento do mundo estimulem a diversidade e o crescimento econômico através do comércio. Releva-se que o desenvolvimento econômico é promovido pela eliminação de impostos sobre milhares de produtos quando importados de países e territórios beneficiários designados.

É o seu maior parceiro comercial na África, com um total de comércio bilateral de mercadorias de US$ 14 bilhões em 2018, de modo que aproximadamente 600 empresas norte-americanas operam na África do Sul, muitas das quais tendo-a como sede regional.

As principais categorias de importação da África do Sul em 2019 foram: metais preciosos e platina, ferro e aço, minérios, escória e cinzas (cinzas e resíduos), veículos e máquinas. As importações de serviços foram estimadas em US$ 2 bilhões em 2019, 4,4% maior do que em 2018 e 32,5% maior do que em 2009. As principais categorias foram nos setores de viagens, serviços profissionais e de gestão e transporte. As principais categorias de exportação para a África do Sul em 2019 foram: máquinas, veículos, combustíveis minerais, máquinas elétricas e aeronaves. As exportações de serviços foram estimadas em US$ 2,6 bilhões em 2019, 2,4% maior do que em 2018 e 6,0% maior do que em 2009. As principais categorias foram nos setores de viagens, propriedade intelectual e transporte.

Para melhor visualizar as relações comerciais nos últimos anos, o GRAF. 3 apresenta as importações, exportações e balanço comercial entre os países, no período de 2000 a 2020.

4.1.4 São Tomé e Príncipe

Os EUA e São Tomé e Príncipe não possuem acordos comerciais ou de investimento. As ilhas são dotadas de excelentes condições para a agricultura tropical, com solos vulcânicos férteis e abundância de água. Apesar de não possuírem recursos minerais conhecidos, o país reivindica uma área do Golfo da Guiné que pode ter consideráveis reservas de hidrocarbonetos em águas profundas. Em 2001, São Tomé e Príncipe e a Nigéria chegaram a pactuar um acordo com o intuito de supervisionar a exploração e o desenvolvimento de potenciais campos de petróleo na Zona de Desenvolvimento Conjunto, uma área de sobreposição de fronteiras marítimas a cerca de 200 km da costa nigeriana.

As principais categorias de importação de São Tomé e Príncipe em 2019 foram: instrumentos ópticos e médicos, máquinas e máquinas elétricas. Para a exportação, considerando-se o mesmo ano, as principais foram: perfumaria, cosméticos, bebidas (não alcoólicas), produtos de ferro e aço, máquinas e máquinas elétricas.

Para melhor visualizar as relações comerciais nos últimos anos, o GRAF. 4 apresenta as importações, exportações e balança comercial entre os países, no período de 2000 a 2019.

4.1.5 Cabo Verde

Os países também não possuem acordos comerciais ou de investimento entre si. As relações diplomáticas começaram em 1975, após a sua independência de Portugal. Com um modelo de governança democrática, o país desfruta de taxas relativamente altas de alfabetização, renda per capita elevada e indicadores de saúde positivos. Possui poucos recursos naturais, embora o peixe e o marisco sejam abundantes. A economia é orientada para a prestação de serviços, notadamente o turismo.

As principais categorias de importação de Cabo Verde em 2019 foram: carnes e peixes preparados, máquinas, bebidas (alcoólicas), brinquedos, equipamentos esportivos, móveis e roupa de cama. As principais categorias de exportação foram: arte e antiguidades, veículos, máquinas elétricas, instrumentos ópticos e médicos.

Para melhor visualizar as relações comerciais nos últimos anos, o GRAF. 5 apresenta as importações, exportações e balança comercial entre os países, no período de 2000 a 2019.

4.1.6 Namíbia

Relembra-se que a Namíbia faz parte da SACU e, em 2008, tornou-se também signatária do TIDCA. A sua economia é fortemente dependente da extração e processamento de minerais para exportação, em especial o diamante. As principais categorias de importação da Namíbia em 2019 foram: metais preciosos e diamantes, minérios, escória e cinzas (urânio), gesso, cimento e maquinário. As principais categorias de exportação foram: combustíveis minerais, produtos químicos diversos, máquinas e borracha.

Para melhor visualizar as relações comerciais nos últimos anos, o GRAF. 6 apresenta as importações, exportações e balança comercial entre os países, no período de 2000 a 2019.

4.2 Interesses e Presença Militar nos seis países africanos, membros da ZOPACAS

Como é notório, os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 provocaram mudanças indubitáveis na política de defesa dos EUA. O Oriente Médio, a Ásia Central e os países que abrigavam grupos terroristas passaram a ser as regiões prioritárias desta política externa. A intenção a seguir é ilustrar a estratégia dos EUA com relação à África, desde o ano 2000, detalhando-a nos seis países de interesse.

A Estratégia Nacional de Segurança de 2002 menciona um receio em relação aos Estados pobres e com dificuldades institucionais, identificando-os como possíveis ambientes para o estabelecimento de redes terroristas. O documento indicou as seguintes estratégias para a África: a construção de alianças para combater as questões de segurança e a construção e ampliação de programas de cooperação bilateral.

Em 2005, Washington promoveu a *Global Peace Operations Initiative*. Embora tratasse de um âmbito de cooperação previamente existente - treinamento de tropas para missões de paz - distingue-se por reconhecer o fortalecimento das organizações regionais nesse âmbito. Posteriormente, a Estratégia Nacional de Segurança de 2006 identifica a África como uma região de prioridade, com foco nas fragilidades dos Estados e das instituições democráticas anteriormente mencionadas (PLOCH, 2011).

Em 2007 foi criada a *U.S. Africa Command* ou AFRICOM, conforme observado na FIG. 3, cujo propósito anunciado foi a promoção dos objetivos nacionais dos EUA no continente africano e em suas águas jurisdicionais. Antes disso, o envolvimento militar era dividido em três Comandos Combatentes[8] separados: *U.S. Pacific Command* (PACOM), *U.S. European Command* (EUCOM) e *U.S. Central Command* (CENTCOM). Agora, verifica-se a existência de sete comandos de combate geográficos e quatro comandos de combate funcionais. A FIG. 4 nos permite compreender e comparar ambas as estruturas.

A criação da AFRICOM possibilitou aos EUA enfrentar de forma mais efetiva e eficiente os crescentes desafios advindos da África, especificamente no contexto de dois fenômenos. O primeiro, ao reconhecer que riscos significativos à segurança de seu país e de seus aliados provinham de Estados fracos e desestruturados, e não de Estados fortes. Tais

[8] Instituídos durante a Guerra Fria (1947-1991) para melhor administração das forças militares em caso de confronto armado com a URSS. Hoje, cada comando se responsabiliza por gerenciar, integrar e coordenar as operações da Defesa em sua respectiva área de responsabilidade, em conformidade com o Plano de Comando unificado (MCFATE, 2008).

Estados acabam por exportar conflitos políticos, instabilidade econômica e/ou conflitos religiosos e étnicos. Quando estes conflitos se tornam regionais, aumenta-se a probabilidade de que seus interesses sejam afetados (DENI, 2013). O segundo fenômeno foi o incremento das relações comerciais entre os EUA e os países da África, desde o início do século XXI. Para se ter uma ideia desta dimensão, essas relações saltaram de US$30 milhões em 1997 para mais de US$140 milhões em 2008. Em especial, pela busca na diversificação de petróleo para além do Oriente Médio.

Em 2015 foi lançada uma nova Estratégia Nacional de Segurança por meio da qual o continente africano é citado como o próximo maior centro de crescimento global. Apesar de apontar os problemas recorrentes em alguns dos países africanos, a análise geral é otimista e aponta os grandes progressos atingidos.

A Estratégia Nacional de Segurança de 2017 destaca o relacionamento entre a instabilidade e fragilidade dos Estados da África e as organizações extremistas violentas. O posicionamento oficial do Governo dos EUA sintetiza seus interesses estratégicos na África nas seguintes áreas: sua influência na região e contenção das ameaças, a presença cada vez mais crescente de China e Rússia, a fragilidade dos Estados e o crescimento das organizações extremistas violentas (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2019).

A seguir teremos uma visualização das relações militares bilaterais, interesses e presença militar dos EUA nos países objetos deste trabalho. Angola e África do Sul não serão analisadas devido a pouca expressividade militar norte-americana nesses países.

4.2.1 Nigéria

A relação EUA-Nigéria está entre as mais importantes da África Subsaariana, em virtude, principalmente, do status da Nigéria como o país mais populoso do continente, a maior

economia e o principal produtor de petróleo. Os esforços conjuntos estão concentrados em aumentar a cooperação em segurança marítima e de fronteiras, profissionalização militar, esforços antiterroristas contra Boko Haram[9] e *Islamic State of Iraq and Syri*a (ISIS)[10] - África Ocidental, comércio de defesa e fortalecimento da governança do setor de segurança.

Desde 2000, o país possui um acordo de *Status of Forces*, estabelecendo a estrutura legal sob a qual o pessoal militar estadunidense pode operar. A Nigéria também é parceira do Programa de Educação Militar da África (*Africa Military Education Program* - AMEP) e recebeu US$ 1,1 milhão para apoiar o desenvolvimento de instrutores e/ou currículo nas escolas militares nigerianas. O Departamento de Estado forneceu US$ 7,1 milhões em financiamento de educação e treinamento militar internacional aos militares nigerianos, no período de 2016 a 2020. Múltiplos exercícios militares já foram realizados com a participação da Nigéria, a citar: *Flintlock, Obangame Express, Western Accord e Central Accord*.

4.2.2 São Tomé e Príncipe

As suas minúsculas ilhas da África Ocidental são interessantes não só pelo seu potencial petrolífero, mas também pelo posicionamento estratégico no Golfo da Guiné.

A assistência externa dos EUA está focada em melhorar o profissionalismo e a capacidade das pequenas forças militares e da guarda costeira do país, além de intensificar os seus esforços de segurança marítima. São Tomé e Príncipe tem sido também reconhecido como

[9] Grupo terrorista, surgido em 2002 na Nigéria, cujas ações correspondem ao fundamentalismo religioso de combate à influência ocidental e de implantação radical da lei islâmica. Com o passar do tempo, transformou-se em um grupo militar cada vez mais bem armado, recebendo treinamentos e ações de formação por parte da Al-Qaeda e de outros grupos militares radicais existentes na região setentrional da África. Em 2009, tornou-se uma organização militar totalmente radical e, em 2013, passaram a ser considerados pelos EUA como um grupo terrorista, sendo um dos maiores da atualidade (PENA, 2021).

[10] Organização radical muçulmana radical cujo objetivo é restaurar um estado islâmico, ou califado, na região que abrange a Síria, Líbano, Israel, Jordânia, os territórios palestinos e o sudeste da Turquia.

um ator ativo nos exercícios de segurança marítima e um participante da *U.S. Navy's Africa Partnership Station* em visita aos países do Golfo da Guiné.

4.2.3 Cabo Verde

É um importante parceiro na África Ocidental. Sua localização estratégica está cada vez mais na encruzilhada do comércio transatlântico de narcóticos, tendo o país cooperado com as autoridades norte-americanas para combatê-lo. As principais prioridades dos EUA em Cabo Verde são segurança marítima, conscientização de domínios e controle de fronteiras, assim como as áreas transversais de engajamento e desenvolvimento bilateral (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2019).

4.2.4 Namíbia

As relações entre os países são amigáveis. Os EUA participaram dos esforços diplomáticos durante a independência da Namíbia da África do Sul, em 1990. Atualmente, o Departamento de Defesa estadunidense fornece treinamento de desenvolvimento profissional para a Força de Defesa Namibiana (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2019).

4.3 Conclusões Parciais

Os elementos ora apresentados destinam-se a abordar apenas algumas das razões pelas quais a África é tão relevante, bem como as oportunidades estratégicas para o envolvimento dos EUA na região. Para o propósito deste trabalho, sintetizou-se em quatro questões-chave: segurança nacional, energia, comércio/investimento e China, sendo certo que este último será

elucidado na conclusão, após ter-se analisado os seus aspectos com a África, no próximo capítulo.

A segurança dos países africanos está interligada a uma segurança global ampla e aos interesses estadunidenses. Uma incapacidade de governança e controle sobre seus territórios por parte dos estados africanos pode criar um ambiente permissivo para redes criminosas ou terroristas. Uma das pedras angulares do engajamento militar dos EUA na África, desde o estabelecimento da AFRICOM, implica ajudar os países africanos na gestão de seus próprios desafios de segurança através da capacitação de parceiros. Em uma era de declínio dos orçamentos de defesa, trabalhar com os países africanos na abordagem dos desafios de segurança no continente é um esforço para prevenir conflitos e compartilhar o custo da segurança global. Esta cooperação, em princípio, acaba por aumentar a capacidade de garantir a sua própria segurança nacional. De toda forma, a segurança dos países africanos pode apoiar ou prejudicar os investimentos dos EUA em outros setores, tais como comércio, boa governança, saúde e educação.

As tendências energéticas descritas anteriormente oferecem oportunidades comerciais e de investimento para as empresas americanas. Na área de expansão do acesso à eletricidade, existe um grande mercado potencial para soluções de energia elétrica descentralizadas fora da rede e em mini redes. Além disso, o surgimento de novos produtores de petróleo e gás oferece oportunidades de investimento para as empresas americanas em exploração, produção e serviços relacionados, e desenvolvimento de infraestrutura.

Por fim, a promulgação da AGOA tem proporcionado novas oportunidades de mercado, ajudando a impulsionar o crescimento econômico, com a promoção de reformas econômicas e melhoria nas relações econômicas com os EUA. Em 2015, o Congresso aprovou legislação modernizando e ampliando o programa até 2025. Até o ano de 2020, trinta e oito países estavam elegíveis aos benefícios do programa.

5 O INTERESSE E PRESENÇA DA CHINA NA ÁFRICA DA ZOPACAS

Neste capítulo, aos moldes do anterior e com os objetivos similares, será explicitada e analisada a atuação da China nos seis países de interesse objeto da presente análise.

Ao longo das últimas décadas, o crescimento econômico exponencial da China e a expansão da classe média sustentaram uma necessidade de recursos sem precedentes. Como parte deste esforço, voltou-se para a África em busca de fornecimento de energia a longo prazo, imprescindível para sustentar sua industrialização e buscando acesso seguro ao abastecimento de petróleo e outras matérias-primas (ALBERT, 2017).

A importância da África na política externa da China culminou com o estabelecimento do Fórum de Cooperação China-África (*Forum on China-Africa Cooperation* - FOCAC), em 2000. O respectivo Fórum realiza conferências ministeriais a cada três anos e é uma importante plataforma para implementar programas específicos de política econômica com a África. Ademais, a política *Going Global* da China, anunciada em 2001, também teve o condão de contribuir para o aumento das relações econômicas sino-africanas.

Destaca-se, nesse contexto, que os principais produtos importados da China nas últimas duas décadas foram equipamentos eletrônicos, máquinas, vestuário e produtos têxteis, materiais de transporte, calçados e produtos plásticos. Em relação à exportação dos países africanos para a China, nota-se que ela se concentrou em produtos minerais, metais de base, pedras preciosas, outras *commodities* primárias não classificadas, com apenas algumas poucas quotas de têxteis e roupas. Somado a isso, verifica-se que o comércio China-África vem crescendo substancialmente se comparado aos demais parceiros comerciais tradicionais da África, tendo superado, inclusive, os EUA como o maior parceiro comercial em 2009 (BUSSE; ERDOGAN; MÜHLEN, 2014).

A China tem adotado uma abordagem multifacetada em suas relações econômicas com a África, representando uma fonte significativa de investimento estrangeiro direto no continente. Desde 2000, tem proporcionado empréstimos acumulados de US$ 143 bilhões na África, sendo metade deles concedidos somente nos últimos quatro anos, tornando-a o maior credor bilateral do continente. Já participou das indústrias de energia, mineração e telecomunicações e financiou a construção de estradas, ferrovias, portos, aeroportos, hospitais, escolas e estádios. No FOCAC de 2018 em Pequim, a China ofereceu à África US$ 60 bilhões para financiamento do desenvolvimento até 2021 (LOKANATHAN, 2020).

Contudo, antes de prosseguir com as análises econômicas dos países da costa ocidental, é imperioso destacar o expressivo projeto anunciado em 2013 pelo presidente chinês Xi Jinping (1953-), denominado como *China´s Belt and Road Initiative* (BRI). Tal projeto busca, em linhas gerais, conectar a Ásia com a África e Europa através de redes terrestres e marítimas com o objetivo de melhorar a integração regional, aumentar o comércio e estimular o crescimento econômico. Contudo, informa-se, a título de conhecimento, que apenas cinco países africanos não assinaram o Memorando de Entendimento de apoio ao projeto, sendo São Tomé e Príncipe um destes (BUSSE; ERDOGAN; MÜHLEN, 2014).

5.1 Interesses Econômicos nos seis países africanos, membros da ZOPACAS

A China é um ator cada vez mais expressivo na política, desenvolvimento econômico e segurança da África. Historicamente, tem priorizado fortes relações diplomáticas e laços políticos com os Estados africanos com uma aspiração ideológica ancorada na solidariedade entre os países do Terceiro Mundo. Entretanto, desde 2001, a busca no continente expandiu-se aceleradamente para a arena econômica, concentrando-se nos ricos recursos naturais da África incentivando o crescimento econômico interno da China (FIG. 5) (SUN; THORNTON, 2013).

A seguir, serão apresentadas as relações bilaterais e laços comerciais entre a China e os seis países da África da ZOPACAS.

5.1.1 Nigéria

Segundo Bello (2021), em 2005 foi estabelecida entre os dois países uma parceria estratégica baseada na confiança política, benefícios econômicos e assistência mútua em assuntos internacionais.

Durante os últimos 50 anos, as relações econômicas e comerciais entre a China e a Nigéria foram pautadas em um desenvolvimento sólido e mutuamente benéficas, as áreas de cooperação expandiram-se continuamente e as modalidades de cooperação foram diversificadas. Em 2019, o volume de comércio entre a China e a Nigéria atingiu 19,27 bilhões de dólares americanos, o que foi 1900 vezes maior ao de 1971, quando a relação diplomática foi inicialmente estabelecida. Atualmente, a taxa de crescimento desse comércio bilateral está em primeiro lugar dentre os 40 maiores parceiros comerciais da China no mundo.

Apesar dos efeitos adversos da COVID-19, o volume do comércio bilateral de janeiro a outubro de 2020 aumentou 0,7% ano a ano, o que foi 14% maior do que a taxa de crescimento do comércio entre a China e a África como um todo, ultrapassando a Angola e a África do Sul, respectivamente, e tornando-se o segundo maior parceiro comercial da China. Ao mesmo tempo, é o principal destino de investimentos diretos da China na África.

A Zona Franca de Ogun-Guangdong e a Zona Franca de Lekki atraíram um grande número de empresas chinesas para investir e operar seus negócios. Os projetos de infraestrutura construídos em conjunto pelos dois países, como estradas, portos e terminais aeroportuários, podem ser vistos em todos os lugares da Nigéria.

Em 2020, as relações comerciais entre a China e a Nigéria foram afetadas negativamente, em diferentes graus, pela pandemia.

5.1.2 Angola

Desde o término da Guerra Civil Angolana (1975-2002), o seu relacionamento com a China mudou de uma base de defesa e segurança para uma base econômica. O crescimento e desenvolvimento da atividade política entre os dois países permitiram que os laços econômicos bilaterais progredissem aceleradamente. A parte mais significativa da assistência financeira chinesa é reservada aos projetos de investimento público chave em infraestrutura, telecomunicações e agronegócios, sob o Programa de Reconstrução Nacional do governo angolano (CAMPOS; VINES, 2007).

Embora o volume exato dos empréstimos chineses não seja conhecido, de acordo com estimativas da *School of Advanced International Studies-China Africa Research Initiative*, entre 2000 e 2018, Angola foi o principal beneficiário dos empréstimos chineses para infraestrutura, com compromissos de empréstimo no valor de US$ 43 bilhões (CHAKRABARTY, 2021).

Releva-se que é um país abundante em riqueza natural, com significativas reservas de petróleo e diamantes em todo o seu território, sendo o ator chave na indústria petrolífera da África, como produtor e exportador, tendo aderido à OPEP em 2007. Nesse mesmo ano, a China tornou-se seu parceiro mais importante em termos de exportação de petróleo bruto, ultrapassando os EUA (CAMPOS; VINES, 2007).

É importante enfatizar que à medida que as exportações totais de petróleo bruto diminuem, a porcentagem destinada à China continua a aumentar. Em 2018, as exportações de petróleo bruto para a China representaram 65% do total, e no primeiro trimestre de 2019, esse

percentual aumentou para 68%. Em termos de importações, entre 2012 e 2018, a China representou uma média de 12% do total das importações de Angola.

De acordo com algumas estimativas, Angola deve mais de US$ 20 bilhões a três entidades chinesas - China Development Bank, China EXIM Bank e Industrial and Commercial Bank of China. Inúmeros analistas se referem à extensão das linhas de crédito da China como diplomacia de “armadilha da dívida" (CHAKRABARTY, 2021).

5.1.3 África do Sul

A África do Sul é um parceiro estratégico importante na SACU, sendo também integrante dos BRICS, agrupamento formado por cinco grandes países emergentes - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Nem o BRICS e tão pouco o BRI são áreas de livre comércio, embora o que o primeiro faz seja potencialmente um fórum comum, através do qual outros acordos de livre comércio podem ser negociados (DEVONSHIRE-ELLIS, 2019).

O comércio entre eles tornou-se mais relevante e expressivo nos últimos anos, e um acordo de livre comércio SACU-China foi proposto para fortalecer ainda mais esta relação comercial. Um exame específico do produto precisará ser conduzido em relação à viabilidade de tal acordo, assim como as regras de origem e as tarifas de produtos relacionados devem ser compreendidas. Não obstante, existe substância suficiente entre a China e a SACU para justificar um estudo adicional e dar credibilidade ao potencial de tal aliança (DEVONSHIRE-ELLIS, 2019).

Segundo o Observatório da Complexidade Econômica (*The Observatory of Economic Complexity* - OEC), em 2019, a China exportou US$ 16,1 bilhões para a África do Sul. Os principais produtos foram equipamentos de radiodifusão, computadores e dispositivos

semicondutores. As importações foram na ordem de US$ 16,7 bilhões e os principais produtos foram ouro, minério de ferro e minério de manganês.

Durante os últimos 24 anos, as exportações aumentaram a uma taxa anualizada de 14,6%, de US$ 617 milhões em 1995 para US$ 16,1 bilhões em 2019. As importações aumentaram a uma taxa anualizada de 16,8%, de US$ 398 milhões em 1995 para US$ 16,7 bilhões em 2019.

5.1.4 São Tomé e Príncipe

Em 2013, a República Popular da China (RPC) estabeleceu um escritório comercial em São Tomé e Príncipe e, com isso, passou a fornecer ajuda substancial ao arquipélago, anteriormente fornecida por Taiwan. Em janeiro de 2017, as duas nações assinaram um acordo de cooperação pelo período de 5 anos, priorizando áreas como turismo, infraestrutura, tecnologia, agricultura e pesca, bolsas de estudo e assistência médica. Especula-se que o pacote de ajuda da China inclui subsídios, apoio financeiro direto e o cancelamento de US$ 17,3 milhões na dívida bilateral. Em abril do mesmo ano, revelou-se que a China forneceria uma subvenção de US$ 146 milhões para projetos de infraestrutura, como a modernização do Aeroporto Internacional de São Tomé e a construção de um porto de contêineres de águas profundas, que poderia servir como um centro logístico para as exportações chinesas para a África Central. Outrossim, também forneceria empréstimos baratos a empresas privadas da ilha (THE ECONOMIST, 2017).

Durante os últimos 24 anos, as exportações da China para São Tomé e Príncipe aumentaram a uma taxa anual de 18,5%, de US$ 213 mil em 1995 para US$ 12,4 milhões em 2019. Segundo o OEC, os principais produtos foram ferro laminado plano revestido, carros e motocicletas. Em termos de importações, aumentaram a uma taxa anual de 14,3%, de US$ 546

em 1995 para US$ 13,6 mil em 2019 e os principais produtos foram hélices para barcos, circuitos integrados e equipamentos de proteção de baixa tensão.

5.1.5 Cabo Verde

A China possui um relacionamento de longa data com o arquipélago, o qual tem procurado enfrentar os seus desafios, citados no capítulo anterior, através de uma diplomacia diversificada e estratégias para mobilizar recursos externos. Constata-se que Cabo Verde se apresenta estrategicamente como um país de alto valor geopolítico que se distingue de outros espaços, possibilitando a aproximação geográfica a importantes zonas geopolíticas e geoeconômicas, particularmente no continente africano (MADEIRA, 2017).

O arquipélago vem priorizando a intensificação de seu relacionamento com a China, concentrando-se em programas, projetos e ações em áreas estratégicas demarcadas na agenda de transformação do país. Com o estabelecimento do Fórum de Macau[11] em outubro de 2003, as relações bilaterais entre os países têm observado progressos significativos, intensificando os contatos em algumas áreas, em especial a cooperação econômica. Cabo Verde sediou três encontros de empresários para a cooperação econômica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, sendo a primeira em 2008, a segunda em 2012 e a terceira em junho de 2017, tendo como tema central a promoção de oportunidades de cooperação econômica entre a China e esses países (MADEIRA, 2017).

[11] Fórum de Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (MACAU). É definido como um mecanismo multilateral e intergovernamental de cooperação, cujo objetivo principal é contribuir para o desenvolvimento e fortalecimento das relações comerciais e econômicas entre a China e seus demais membros - Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Sua criação foi estimulada pelo Governo Central da China, com a coordenação de sete países inicialmente (São Tomé e Príncipe aderiu ao Fórum em 2017) e a colaboração governamental de Macau, região Administrativa Especial da República Popular da China (*Special Administrative Region of the People's Republic of China* - SAR) (BRICS POLICY CENTER, 2017).

Macau tem atuado como uma plataforma para facilitar e consolidar as relações comerciais e econômicas entre a China e os oito países lusófonos. Em relação à coordenação com a política do BRI, a Região Administrativa Especial de Macau possui um significativo papel, sendo uma das cidades da Rota Marítima da Seda, permitindo que pequenas e médias empresas locais desenvolvam cooperação com parceiros externos (SANTOS, 2015).

Em 2017, foi pactuado um memorando de entendimento objetivando viabilizar a abertura de uma instituição de crédito em Cabo Verde denominada como Banco Sino-Atlântico. Assim, considerando que o setor financeiro tem sido estratégico para o desenvolvimento econômico do arquipélago, esses investimentos demonstram o papel que os empresários chineses desempenham no crescente envolvimento da China com Cabo Verde e, em geral, com os países africanos de língua portuguesa.

Segundo o OEC, em 2019, a China exportou US$ 59,5 milhões para Cabo Verde. Os principais produtos foram peixe processado, vídeo display e cerâmica não vidrada. Em termos de importação, em 2019, o valor total foi de US$ 95,8 mil e os principais produtos foram moluscos, ternos masculinos sem malhas e reagentes de laboratório.

Em fevereiro de 2020, o Banco Central de Cabo Verde rejeitou oficialmente o pedido de licença para a abertura do referido banco, sob a alegação de que faltavam informações e documentos necessários, incluindo lacunas na identificação completa dos acionistas fundadores, nas informações sobre participações qualificadas, modelo de gestão, análise da viabilidade do projeto e no estatuto da empresa do Banco Sino-Atlântico (MOURA, 2020).

Fazendo-se uma análise dos últimos 24 anos, as exportações da China para Cabo Verde aumentaram a uma taxa anualizada de 23,4%, de US$ 380 mil em 1995 para US$ 59,5 milhões em 2019, e as importações aumentaram a uma taxa anualizada de 27,9%, de US$ 262 em 1995 para US$ 95,8 mil em 2019.

5.1.6 Nigéria

Ao longo dos anos, a China tem se relacionado com a Nigéria através do comércio, ajuda e investimentos. A relação Sino-Nigéria também tem como premissa explorar suas vantagens econômicas comparativas para benefícios mútuos. O comércio entre os países tem aumentado à medida que a crescente economia chinesa demanda mais recursos de matéria-prima, incluindo o petróleo bruto para impulsionar suas indústrias. A China se beneficia da enorme população da Nigéria, hoje estimada em acima de 206 milhões de pessoas, para gerar mercados extraterritoriais para os produtos manufaturados da China (RAJI; OGUNRINU, 2018).

Em 2001, um acordo bilateral firmado entre os dois países foi um marco nos acordos econômicos sobre o setor petrolífero, que culminou com a participação ativa das empresas chinesas no setor de *upstream* e *downstream*[12] das indústrias de petróleo, gás e petroquímica da Nigéria.

No ano de 2006, também foi estabelecida uma parceria estratégica que permitia que os bens e serviços de ambos os países tivessem livre acesso aos mercados um do outro. Contudo, o alto grau de corrupção no processo de licitação de petróleo e a má execução ou não execução de projetos por muitos investidores chineses culminou no cancelamento do programa petróleo por infraestrutura e sua substituição por políticas de petróleo por dinheiro. De acordo com Igbokwe (2020), a alfândega chinesa registrou neste ano um volume de comércio bilateral entre os países de US$ 3,13 bilhões, representando um aumento de 10,6 milhões no período de 2000 a 2006. A exportação para a Nigéria foi de US$ 2,85 bilhões - aumento de 23,9 milhões, enquanto a importação foi de US$ 280 milhões - queda de 47,3 milhões. A China exportou

[12] O *upstream* concentra as atividades de exploração e produção de óleo e gás, enquanto o *downstream* concentra as atividades de refino, transporte e distribuição e comercialização dos produtos derivados de óleo e gás, até o consumidor final (RBNACONSULT, 2017).

principalmente motocicletas, equipamentos de máquinas, peças de reposição para automóveis, pneus, produtos químicos, têxteis e vestuário, calçados, cimento e geradores.

Segundo Taylor (2006), há oito objetivos centrais nas relações bilaterais Nigéria-China: fornecimento de minerais e materiais agrícolas para a China, com melhores condições cambiais para a Nigéria; criação de um mercado recíproco para produtos chineses e nigerianos; obtenção de terras para fins agrícolas e obtenção do apoio diplomático da Nigéria para os interesses da China em assuntos internacionais, em troca de ajuda técnica e facilidades de empréstimo para a Nigéria; a responsabilidade da China de apresentar uma alternativa confiável ao modelo de desenvolvimento ocidental, através do investimento estrangeiro direto e do ensino dos modelos de desenvolvimento da China; migração sem obstáculos do povo chinês para a Nigéria e vice-versa; e troca de informações valiosas sobre possíveis oportunidades de investimento em ambos os países e sobre como aproveitar tais oportunidades por meio de conferências, palestras e outros fóruns de discussão.

Outro ponto que merece destaque é a luta nigeriana com problemas de transmissão e distribuição de eletricidade. A Nigéria assinou um acordo, em 2017, no valor de US$ 80 bilhões de dólares com empresas chinesas para melhorar sua infraestrutura de petróleo e gás. Este memorando de entendimento contemplou aspectos desde a reabilitação de refinarias e a construção de novos oleodutos até o desenvolvimento dos setores de gás e energia que até então haviam sido negligenciados (IGBOKWE, 2020).

5.2 Interesses e Presença Militar nos seis países africanos, membros da ZOPACAS

Durante décadas, a presença da China na África concentrou-se nas atividades econômicas, comerciais e de manutenção da paz. Nos últimos anos, tem objetivado estabelecer

maiores laços militares a fim de proteger seus ativos nacionais no continente e obter, consequentemente, maior influência geopolítica.

A crescente presença militar no continente africano faz parte de uma política que tem em seu núcleo o seu rejuvenescimento e restauração como uma grande potência. De acordo com Xi Jinping, a China agora está alta e firme no Oriente e deve tornar-se o centro do palco no mundo. Este tema ecoa em seu Livro Branco da Defesa, o qual diz que um exército de classe mundial destacável em uma ampla gama de cenários é indispensável na busca do "Grande Rejuvenescimento da China" (NANTULYA, 2019).

A RPC diversificou suas vendas de armas leves e de pequeno porte para tanques, transportadores blindados, embarcações de patrulha marítima, aeronaves, mísseis, veículos aéreos não tripulados e artilharia. Também está se concentrando cada vez mais na construção da capacidade institucional do setor de segurança africano. Em 2018, a Administração Estatal de Ciência, Tecnologia e Indústria para a Defesa Nacional da China anunciou ter concluído acordos bilaterais com 45 países africanos sobre o compartilhamento de tecnologias de defesa e a construção de indústrias de defesa (NANTULYA, 2019).

Nesse ano, foi realizado o primeiro Fórum de Defesa e Segurança China-África, em que a China anunciou que proporcionará aos países africanos um apoio abrangente em assuntos como combate à pirataria e contraterrorismo, incluindo o fornecimento de tecnologias, equipamentos, pessoal e consultoria estratégica. Adicionalmente, o Exército de Libertação Popular realiza exercícios regulares de treinamento conjunto em toda a região e, em certos países que abrigam grandes projetos de infraestrutura chineses sob a BRI, o Estado comunista tem sido especialmente ativo (CHANDRAN, 2018).

O general do exército americano Stephen Townsend (1959 -), atual Comandante do USAFRICOM, durante uma entrevista ao *The Associated Press* em 2021, afirmou que Pequim está procurando estabelecer um grande porto naval capaz de hospedar submarinos ou porta-

aviões na costa ocidental da África. Segundo manifestou-se: "eles estão procurando um lugar onde possam rearmar-se e reparar navios de guerra. Isso se torna militarmente útil em conflitos" (FIG. 6). Destacou também que a grande quantidade de petróleo e gás natural liquefeito importados da África e do Oriente Médio fazem dessas regiões uma alta prioridade para a China durante os próximos 15 anos (BALDOR, 2021).

Peacekeeping é outra área em que a influência da China nos setores de segurança da África vem crescendo (FIG. 7). Pequim contribui com mais tropas para as missões da ONU do que os outros membros permanentes do Conselho de Segurança e é o segundo maior contribuinte financeiro para essas missões. A estratégia de manutenção da paz da China prioriza o apoio à operacionalização da Força de Reserva Africana e a Capacidade Africana de Resposta Imediata a Crises (NANTULYA, 2019).

5.2.1 Nigéria

A relação diplomática militar bilateral foi consumada em 1999 com a criação das Seções de Defesa em ambas as embaixadas e a nomeação de Adidos de Defesa. Desde então, a cooperação militar e de segurança entre os dois países está em crescente desenvolvimento.

O governo chinês tem facilitado o fornecimento de armas e munições, equipamentos e uniformes de combate para a Nigéria. Estes esforços aumentaram exponencialmente a eficácia e a eficiência das Forças Armadas da Nigéria. A cooperação militar Sino-Nigeriana tem sido extremamente benéfica na área de desenvolvimento de mão de obra e assistência técnica, facilitando o treinamento de um amplo espectro de profissionais técnicos em diferentes campos militares. As interações de alto nível entre eles promovem o intercâmbio estratégico que, por sua vez, trouxe um aumento da cooperação bilateral estratégica de segurança militar entre ambos os países (NESIAMA, 2013*)*. Durante uma reunião realizada entre Wang Yi (1953 -),

Ministro das Relações Exteriores da RPC, e Muhammadu Buhari (1942 -), Presidente da Nigéria, em 5 de janeiro do presente ano, o presidente destacou os resultados construtivos alcançados pelas relações bilaterais nos últimos 50 anos e o seu contínuo progresso. Wang aproveitou a oportunidade para reafirmar o apoio de seu país na salvaguarda da soberania nacional nigeriana, segurança e interesses de desenvolvimento, e no desempenho de um papel maior em questões regionais e internacionais (OPALI, 2021).

Na conferência de imprensa deste mesmo evento, Geoffrey Onyeama (1956 -), Ministro das Relações Exteriores da Nigéria, atribuiu relevante importância ao desenvolvimento de uma estreita cooperação com a China e a considerou como um parceiro estratégico especial de cooperação. Em suas palavras, disse: "a Nigéria apoia firmemente o princípio de 'uma só China'[13] e aprecia o compromisso daquele país à política de 'um país, dois sistemas'[14]". Importante notar que, nos últimos 30 anos, os ministros das relações exteriores chineses escolheram a África como seu primeiro destino para as visitas de Ano Novo. A visita de Wang à Nigéria marcou o início dessa visita tradicional, o que, segundo ele, demonstra a inquebrantável amizade tradicional entre a China e a África (OPALI, 2021).

5.2.2 Angola

Segundo o Ministro da Defesa Angolano, Salviano Sequeira (1952 -), durante a reunião do Comitê Conjunto de Cooperação, da Ciência, Tecnologia e Indústria de Defesa Nacional Angola-China realizada em 2019, Angola pretende, dentro do governo chinês, consolidar as bases para a implementação de projetos prioritários para as suas FA. Como setores

[13] Princípio defendido pela China de que existe apenas uma república, sendo Taiwan parte dela (HSIEH, 2019).

[14] Conceito abrangente adotado pelo governo chinês para a reunificação nacional pacífica. "Um país" significa defender os poderes do governo central atribuídos por lei e salvaguardar a soberania, a integridade e a segurança do país. "Dois sistemas", por sua vez, garante o alto grau de autonomia que a legislação confere à determinada região (WANMING, 2021).

prioritários nesta cooperação militar, apontou aqueles relacionados ao fornecimento e manutenção de produtos da indústria de defesa, assistência técnica, treinamento de especialistas e construção de infraestruturas para o exército angolano (ANGOLA PRESS, 2019).

O Ministro frisou que o setor da defesa nacional encontra-se em um processo de reestruturação e redimensionamento, com o propósito de adequar a estrutura e funcionamento ao contexto regional, continental e internacional, bem como à atual realidade econômica e financeira do país. Também presente na reunião, Xu Qiliang (1950 -), atual Vice-Presidente da Comissão Militar Central da República Popular da China, afirmou que sua visita objetiva reforçar a confiança política mútua estratégica, elevar o nível das funções militares e desenvolver a parceria estratégica China-Angola (JORNAL DE ANGOLA, 2019).

5.2.3 África do Sul

A cooperação China-África do Sul na área de defesa remonta a 58 anos atrás, quando recebeu um grupo de sul africanos para a realização de um treinamento militar. Porém, somente após o apoio na luta contra o *apartheid*, em 1998, que a África do Sul reconheceu a República Popular da China e deu por fim as relações diplomáticas formais com Taiwan (WINGRIN, 2020).

Entretanto, tão somente nos últimos anos que a cooperação de defesa entre a África do Sul e a China tem aumentado de forma notável. Em 2019, delegações de alto nível do Exército Popular de Libertação da China visitaram a África do Sul, com visitas recíprocas da Força de Defesa Nacional Sul-Africana à China, como resultado da reunião do Comitê de Defesa da República da África do Sul (RAS)/RPC em 2018, onde foi acordado que a China se empenharia em adquirir mais conhecimentos acerca do desenvolvimento de tecnologia de defesa e treinamento de apoio a operações conjuntas na África do Sul (WINGRIN, 2020).

Sendo um dos maiores fabricantes e produtores industriais do mundo, com um sistema industrial e de pesquisa de defesa em crescimento, a China está buscando na RAS a cooperação da indústria de defesa. Assim, com a realização de treinamento mútuo de pessoal, conduzindo intercâmbios entre a indústria de defesa e a pesquisa conjunta de tecnologia de defesa, os países podem desenvolver uma relação vantajosa para ambas as partes (WINGRIN, 2019).

Muitas instituições de pesquisa e fabricantes dentro da indústria de defesa sul-africana dependem da Força Nacional de Defesa Sul-Africana como seu principal cliente, porém não se espera que o orçamento significativamente reduzido de gastos de capital aumente a curto ou médio prazo, resultando em uma decadência da indústria de defesa sul-africana. Assim sendo, uma possibilidade de salvar a indústria de defesa local é celebrar acordos de produção conjunta com a indústria de defesa chinesa (WINGRIN, 2019).

5.2.4 São Tomé e Príncipe

A relação com São Tomé e Príncipe é relativamente recente. Como já mencionado, em 2017 os dois países assinaram um primeiro acordo de cooperação de cinco anos em áreas que incluem infraestrutura, tecnologia, bolsas de estudo e assistência médica (GIST, 2020).

A China encontra-se no processo de auxiliar o arquipélago a modernizar sua infraestrutura e melhorar seu ambiente de negócios a fim de incentivar os investimentos, o empreendedorismo e o crescimento da região. Os especialistas sugerem que estes investimentos indicam o maior interesse de Pequim em transformar o arquipélago em um centro estratégico de transporte para as suas exportações para a África Central. Relembra-se que em 2002, os EUA manifestaram interesse em estabelecer uma base naval na ilha para salvaguardar os interesses petrolíferos na região. Sendo assim, para alguns especialistas, é evidente que a China está

igualmente interessada no país não só pela sua localização, mas também devido a sua participação na produção de petróleo no Golfo da Guiné (CRABTREE, 2018).

De Blocq van Scheltinga, sócio-gerente da empresa de consultoria Polarwide, apontou à CNBC que a China estabelecendo uma base naval em São Tomé e Príncipe, a superpotência teria uma presença tanto a leste como a oeste do continente africano, o que significaria que estaria "apta a mobilizar rapidamente sua frota e tropas para salvaguardar rotas comerciais e afins" (CRABTREE, 2018).

5.2.5 Cabo Verde

Embora com pouco a oferecer em termos de recursos naturais, Cabo Verde goza de uma importante posição geoestratégica, concedendo à China uma influência essencial no coração do Atlântico. Como a China começa a buscar novas bases navais em todo o mundo na esperança de assegurar suas linhas de comunicação marítimas, a posição geoestratégica de Cabo Verde pode revelar-se de interesse militar significativo (RAMOS, 2016).

Segundo publicado pela *Macau News Agency* em 2020, a China dará a Cabo Verde um apoio militar de aproximadamente 5,2 milhões de dólares, nos próximos cinco anos, de acordo com o protocolo de assistência militar gratuita, assinado em 2020 pelo Ministro da Defesa de Cabo Verde, Luís Filipe Tavares (1965 -), e pelo Embaixador chinês em Cabo Verde, Du Xiaocong (1962 -). De acordo com o embaixador, o acordo consiste no fornecimento de materiais às FA cabo-verdianas e cursos de treinamento de pessoal.

5.2.6 Namíbia

De acordo com Farhaoui (2016), tem sido especulada pela mídia namibiana desde 2015 a ambição da China de construir uma base naval no porto de Walvis Bay, informação

negada pelas autoridades dos dois países. Este porto é considerado como uma chave que conecta os interesses chineses tanto com Botsuana quanto com Zimbábue, nenhum dos quais possui acesso ao mar (FIG. 8).

Independentemente da precisão destas análises, é razoável discutir cenários futuros em relação ao porto, uma vez que as relações militares sino-namibianas estão ascendendo rapidamente. A China já treinou muitos quadros militares da Namíbia na academia militar de Xangai, construiu a academia militar namibiana e o museu militar em Okahandja. Além disso, é de suma importância registrar que a China criou uma estação para pesquisa espacial na cidade de Swakopmund, 43 km da Baía de Walvis, que trabalha em coordenação com outras estações chinesas no Porto de Malindion, na costa do Quênia, e no Porto de Karachi, no Paquistão. Alguns estudos norte-americanos defendem que essas estações estão sendo utilizadas para fins militares (FARHAOUI, 2016).

5.3 Conclusões Parciais

Procurou-se analisar neste capítulo as principais relações nos campos econômico e militar, entre a China e a África, mais especificamente com os seis países africanos em estudo, tentando, por conseguinte, demonstrar e identificar quais são os grandes interesses por trás dessa expansão e presença chinesa naquele continente.

No primeiro campo, foi observado que a RPC oferece um novo modelo de cooperação, baseado em linhas de crédito, economia e comércio, que contrasta com os esforços ocidentais de cooperação baseados na ajuda ligada à condicionalidade. Sob a estrutura de apoio ao desenvolvimento, mobiliza seus vastos recursos financeiros estatais para investir amplamente em projetos de infraestrutura em troca de recursos naturais e acordos comerciais vantajosos. Esses investimentos geram múltiplas camadas de benefícios próprios, além de contratos para

empresas de serviços chinesas, relocalização de indústrias de mão-de-obra intensiva e de poluição pesada, favores africanos em questões de política externa em fóruns multilaterais e uma imagem internacional positiva.

Outro fator importante que foi trazido à luz é o projeto BRI sendo a África um nó estratégico na porção marítima dessa estratégia. A China busca tornar-se uma grande potência e esta meta não pode ser alcançada sem aprofundar suas ligações com os corredores comerciais ao longo desse cinturão. A expansão da cooperação marítima, através da construção de portos e infraestruturas e patrulhas de combate à pirataria, faz parte desta estratégia geopolítica e econômica mais ampla.

Com esse amplo e profundo engajamento, o que antes era uma relação que enfatizava apenas a cooperação empresarial e sociocultural evoluiu para incluir preocupações militares e de segurança, relacionados à contenção do terrorismo e à proteção de seus interesses no continente.

O primeiro Fórum de Defesa e Segurança realizado em 2018 demonstrou um sinal do crescimento dos laços militares da China com a África, consumadas através de visitas recíprocas, treinamento de pessoal, exercícios conjuntos, intercâmbios e na condução de pesquisas na área de tecnologia de defesa. Em 2020, a China qualifica-se como a segunda maior fornecedora de armas para a África Subsaariana, atrás apenas da Rússia.

Embora continue avesso à intervenção militar direta na África, a China tem intensificado sua intervenção indireta e multilateral através das Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas.

6 CONCLUSÃO

No presente trabalho, objetivou-se, de forma ampla, analisar as ações dos EUA e da China na África Ocidental, mais especificamente nos seis países escolhidos e apresentados na introdução, no período dos anos de 2000 a 2020, sendo certo que os argumentos apontados foram realizados com o intuito de clarificar se as referidas ações encontravam-se em consonância com a Teoria Realista, segundo Morgenthau.

No primeiro momento foi realizada uma síntese sobre as bases da Teoria, através da qual se pode elucidar que o Estado é considerado ator único, sempre buscando maximização de seu Poder Nacional, apresentando-se, também, os axiomas centrais de pensamento, reconhecendo a segurança e a soberania estatal como prioridades de toda política externa. Assim, no contexto da luta pelo poder, Morgenthau sugere uma tipificação das políticas externas dos Estados em políticas de manutenção de poder, de expansão e de demonstração.

Os países, cujas diretrizes de política externa estejam precipuamente voltadas a conservar o poder relativo entre os atores envolvidos, perseguem uma política de *status quo.* Já países cuja política exterior busca alcançar mais poder seguem uma política de imperialismo, cada qual com seus diferentes estímulos, objetivos típicos e métodos. Nesse cenário, merece destaque o estímulo da guerra perdida, ou seja, o emprego da política imperialista de modo a reconquistar o que foi perdido; o método de um predomínio de poder localizado, continental; e os métodos militar, com a conquista do território, e econômico, com a exploração e controle econômico de outro Estado sem a efetiva ocupação.

Ilustrou-se, também, os países cujos objetivos são a demonstração de poder, quer seja com o fim de mantê-lo ou maximizá-lo, praticando, desse modo, uma política de prestígio, a qual poderá ser empregada para apoio tanto a uma política de *status quo* como para uma política de imperialismo.

Após conceituar-se o Poder Nacional e apresentar os seus elementos constitutivos, foram selecionados os Recursos Naturais e o Grau de Preparação Militar para atuarem como variáveis na análise das ações dos Estados em foco no trabalho.

Evidenciou-se, ainda, a concepção realista sobre o sistema internacional e a dinâmica de suas relações como anárquico e constantemente em conflito, onde as nações soberanas dedicam-se aos seus próprios interesses.

Foram explicitados o interesse e a presença dos Estados Unidos da América na África da ZOPACAS, fundamentando-se nas expressões econômica e militar. A sua Estratégia nas últimas duas décadas tem procurado priorizar programas de estímulo ao comércio, investimentos e laços comerciais benéficos aos dois países, a promoção da paz e segurança e o fortalecimento das instituições democráticas. Notou-se que o envolvimento com as nações da África é imprescindível para a salvaguarda da independência econômica desses Estados e, em última análise, para a proteção dos seus interesses de segurança nacional.

Outra razão de sua grande relevância é a questão China, frente emergente na competição mundial pelo poder. Como visto, a RPC está expandindo sua influência política e econômica no continente africano, obtendo, por conseguinte, uma vantagem competitiva sobre os EUA. A liderança global norte-americana é baseada em suas redes de alianças e parceiros, inclusive no continente africano. Essas relações são essenciais para abrir mercados para o seu setor privado, combater o comportamento expansivo da China e moldar decisões em fóruns internacionais, incluindo o Conselho de Segurança da ONU.

Associando as informações acima aos conceitos apresentados por Morgenthau, pode-se concluir que os EUA possuem uma política externa de manutenção do seu papel central no atual sistema internacional, ou seja, a de conservar o seu poder. A sua presença global e atuação universal no cenário internacional não são mera caridade ou simpatia ideológica. A construção

de parcerias, a promoção de valores e interesses e o combate às ideologias contrárias, como o terrorismo, são fundamentais para o seu êxito.

Por derradeiro, o interesse e presença da China na África da ZOPACAS foram apresentados, também se fundamentando nos mesmos elementos do Poder Nacional. Com o seu célere crescimento econômico e de sua população, os recursos domésticos não conseguem mais atender suas necessidades, justificando a sua expansão em busca de novos mercados.

Por meio da cooperação baseada em linhas de crédito, a China investe amplamente em projetos de infraestrutura em trocas de recursos naturais e acordos comerciais que lhes são vantajosos.

Ilustrou-se o projeto BRI e se objetivou mostrar a importância geopolítica, econômica e estratégica para tornar-se novamente uma Grande Potência. Com isso, as relações inicialmente econômicas e socioculturais entre ambos evoluíram para preocupações militares e de segurança.

Trazendo à luz dos conceitos de Morgenthau, é possível concluir que a China possui uma política externa de expansão, a qual busca reparar suas humilhações passadas e recuperar as glórias do passado, estabelecendo, a princípio, um império continental por meio da expansão e controle econômico dos países acima estudados.

Dessa maneira, de modo a responder à questão proposta por este trabalho, conclui-se que as ações dos EUA e da China na África Ocidental, nos países objetos deste estudo, entre os anos de 2000 e 2020, encontravam-se em sintonia com a Teoria Realista de Morgenthau.

O trabalho, de maneira alguma, pretende exaurir o assunto. Apesar dos EUA e da República Popular da China serem as duas maiores potências da atualidade e, por este motivo, terem sido o foco deste estudo, existem outras que igualmente possuem interesse e estão presentes no continente africano, como por exemplo a França e a Rússia. Sugere-se, assim, que tal análise seja aprofundada em trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

ADAM, Gabriel Pessin; SCHUTZ, Nathaly Xavier. Relações EUA-África: os 10 anos de estabelecimento do Africom (2007-2018*). Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, v. 6, n. 2, p. 185-204, jul./dez. 2019.

ALBERT, Eleanor. *China in Africa.* Council on Foreign Relations, 2017. Disponível em: <https://www.cfr.org/backgrounder/china-africa>. Acesso em: 21 jun. 2021.

ALVES, Duarte B. A presença chinesa em África: o caso de Angola. *Negócios Estrangeiros*, Lisboa, n. 10, p. 56-71, 2007. Disponível em: <https://idi.mne.pt/ pt/publicacoes-e-estudos/revista-negocios-estrangeiros/negocios-estrangeiros-n-10-fevereiro-2007>. Acesso em: 12 mai. 2021.

ALVES, João Paulo De Moura. Da Guerra ao Terror à presença chinesa na África: a criação do AFRICOM e a sua lógica. *Revista Novas Fronteiras*, v. 2, n. 2, 2016.

ANGOLA PRESS. *Angola e China falam da indústria militar.* Jornal de Angola, jun. 2019. Disponível em: <https://jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.php?id=430808>. Acesso em: 01 jul. 2021.

_____. *Angola wants to strengthen military cooperation with China.* Angola Press, jun. 2019. Disponível em: <https://www.einnews.com/pr_news/488876416/angola-wants-to-strengthen- military-cooperation-with-china>. Acesso em: 01 jul. 2021.

BALDOR, Lolita C. *China is looking to increase its navy's access to the Atlantic, top US commander in Africa says.* Associated Press, 2021. Disponível em: <https://www.businessinsider.com/china-wants-navy-access-africa-west-coast-africom-commander-says-2021-5>. Acesso em: 29 jun. 2021.

BANKS, John P. *Key Sub-Saharan Energy Trends and their Importance for the U.S.* Brookings, 2013. Disponível em: <https://www.brookings.edu/research/key-sub-saharan-energy-trends-and-their-importance- for-the-u-s/>. Acesso em: 20 jun. 2021.

BELLO, AbdulAzeez. *The Next Glorious 50 Years of China-Nigeria Relations.* Daily Trust, 2021. Disponível em: <https://dailytrust.com/the-next-glorious-50-years-of-china-nigeria-relations>. Acesso em: 22 jun. 2021.

BRASIL. Marinha do Brasil. *Simpósio ZOPACAS*. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/simposiozopacas/pt-br/2018/conceito>. Acesso em: 24 mai. 2021.

BRICS POLICY CENTER. *Forum for Economic and Trade Cooperation between China and Portuguese-speaking Countries (MACAO Forum).* Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://bricspolicycenter.org/en/forum-for-economic-and-trade-cooperation-between- china-and-portuguese-speaking-countries-macau-forum/>. Acesso em: 26 jun. 2021.

BUSSE, Matthias; ERDOGAN, Ceren; MÜHLEN, Henning. *China's Impact on Africa* – The Role of Trade, FDI And Aid. Institute of Development Research and Development Policy. Bochum, 2014. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/ 10419/183560/1/ wp-206.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2021.

CAMPOS, Indira; VINES, Alex. *Angola and China* - A Pragmatic Partnership. CSIS Conference. Chatham House, London, 2007. Disponível em: <https://csis-website-prod.s3. amazonaws.com/s3fs-public/legacy_files/files/media/csis/pubs/080306_angolachina.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2021.

CASTRO, Thales. *Teoria das Relações Internacionais*. Brasília: FUNAG, 2012. 580 p. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/loja/download/931-Teoria_das_Relacoes_ Internacionais.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2021.

CHANDRAN, Nyshka. *China says it will increase its military presence in Africa.* CNBC, 2018. Disponível em: <https://www.cnbc.com/2018/06/27/china-increases-defence-ties- with-africa.html>. Acesso em: 29 jun.2021.

CHAKRABARTY, Malancha. *From War Zone to China's Poster Child, to Economic Despair:* Angola's 40-Year Journey. Issue Briefs and Special Reports, 2021. Disponível em:<https://www.orfonline.org/research/from-war-zone-to-chinas-poster-child-to-economic-despair-angolas-40-year-journey/>. Acesso em: 23 jun. 2021.

COSTA, Igor Albuquerque Damião Corrêa da. *A vulnerabilidade da economia da Nigéria:* Petróleo, crescimento econômico e subdesenvolvimento humano. Brasília, 2013. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/6786/1/2013_IgorAlbuquerque DamiaoCorreada Costa.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2021.

CRABTREE, Justina. *The island paradise that could be China's next strategic transport hub.* CNBC, 2018. Disponível em: <https://www.cnbc.com/2018/01/17/china-transport- hub-could-be-the-african-island-of-sao-tome.html>. Acesso em: 03 jul. 2021.

CUSTERS, Raf; MATTHYSEN, Ken. *Africa's natural resources in a global context*. Antwerp, 2009. Disponível em: <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/7BD9A86 D325E3629C125762C004CAC93-Full_Report.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2021.

DENI, John R. *AFRICOM's Role in Shaping the Future in Africa*. Jewish Policy Center, 2013. Disponível em: <https://www.jewishpolicycenter.org/2013/05/31/africom- africa/>. Acesso em: 26 mai. 2021.

DEVONSHIRE-ELLIS, Chris. *Developing Global Free Trade:* China and the Southern African Customs Union. China Briefing, 2019. Disponível em: <https://www.china-briefing.com/news/developing-global-free-trade-china-southern-african-customs-union/>. Acesso em: 29 jun. 2021.

DUNN, Kevin C. *From Superpower to Besieged Global Power:* Restoring World Order after the Failure of the Bush Doctrine. Editado por Edward A. Kolodziev e Roger E. Kanet. Athens: The University of Georgia Press, 2008.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. *The National Security Strategy of the United States of America*. National Security Strategy Archive, 2002, 2006, 2010, 2015 e 2017. Disponível em: <https://nssarchive.us>. Acesso em: 28 mai. 2021.

_____. United States Africa Command (AFRICOM). *Statement of General Thomas D. Waldhauser, United States Marine Corps Commander United States Africa Command before the Senate Committee on Armed Services*. 2019. Disponível em: <https://www.armed-services.senate.gov/imo/media/doc/Waldhauser_02-07-19.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2021.

_____. U.S. Department of State. *Bureau of African Affairs*. Disponível em: <https://www.state.gov/bureaus-offices/under-secretary-for-political-affairs/bureau-of-african-affairs/>. Acesso em: 14 jun. 2021.

_____. Office of the United States Trade Representative (USTR). *Trade Agreements*. Disponível em: <https://ustr.gov/countries-regions/africa>. Acesso em: 14 jun. 2021.

FARHAOUI, Fouad. China's Strategic Military Goal In Namibia – Analysis. *Eurasia Review News & Analysis*, 2016. Disponível em: <https://www.eurasiareview.com/ 07072016-chinas-strategic-military-goal-in-namibia-analysis/>. Acesso em: 04 jul. 2021.

GIST, Brianna. *The Uplifting Africa Program.* The Democratic Republic of São Tomé and Príncipe - Country Report. Eurasia Center, 2020.

HANSON, Stephanie. *US Africa Command (AFRICOM)*. Council on Foreign Relations, v. 7, 2007.

HSIEH, Milo. *One China "Policy" vs "Principle"*. New Bloom, 2019. Disponível em: <https://newbloommag.net/2019/04/21/one-china-policy-principle/>. Acesso em: 30 jun. 2021.

IGBOKWE, C.C. *Nigeria-China Relations:* Impact on Power and Development in Nigeria. Vestnik of Saint Petersburg University. Asian and African Studies, v.12, n. 1, p. 141–151, 2020. Disponível em: <https://dspace.spbu.ru/bitstream/11701/17410/1/141-151.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2021.

LOKANATHAN, Venkateswaran. *China's Belt and Road Initiative*: Implications in Africa. ORF Issue Brief No. 395. Observer Research Foundation, 2020. Disponível em: <https://www.orfonline.org/research/chinas-belt-and-road-initiative-implications-in-africa/>. Acesso em: 21 jun. 2021.

MACAU NEWS AGENCY. *Cape Verde:* Armed forces to receive €4.4M from China for materials, training. MNA International, 2020. Disponível em: <https://www.macaubusiness.com/cape-verde-armed-forces-to-receive-e4-4m-from-china-for-materials-training/>. Acesso em: 03 jul. 2021.

MCFATE, Sean. *US Africa Command:* A New Strategic Paradigm? Military Review, v. 88, n. 1, p. 10, 2008.

MIGUEL, Vinicius V. *A perspectiva realista na teoria das relações internacionais* - Fatores estruturais no sistema político internacional. Jus, 2010. Disponível em: <https://jus.com.br/

artigos/17929/a-perspectiva-realista-na-teoria-das-relacoes-internacionais>. Acesso em: 05 abr. 2021.

MINGST, Karen A.; ARREGUIN-TOFT, Ivan M. *Princípios de Relações Internacionais*. Tradução de Cristiana Martins Serra. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. 419 p. Título original: *Essentials of International Relations*.

MORGENTHAU, Hans J. *A Política entre as Nações*: a luta pelo poder e pela paz. Tradução de Oswaldo Biato. Brasília: Universidade de Brasília, 2003. 1152 p. Título original: *Politics among nations: the struggle for power and peace.* Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/0179_politica_entre_as_nacoes.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2021.

MOURA, Nelson. *Cape Verde authorities refuse license request for David Chow's bank project.* Macau News Agency, 2020. Disponível em: <https://www.macaubusiness.com/ cape-verde-authorities-refuse-license-request-for-david-chows-bank-project/>. Acesso em: 26 jun. 2021.

NANTULYA, Paul. *Chinese Hard Power Supports Its Growing Strategic Interests in Africa.* Africa Center for Strategic Studies, 2019. Disponível em: <https://africacenter.org/spotlight/chinese-hard-power-supports-its-growing-strategic-interests-in-africa/>. Acesso em: 04 jul. 2021.

NESIAMA, Omatseye O'Weyinmi. *China-Nigeria Security Cooperation Policies:* Challenges and Prospects. Defense Forum Spring, 2013. Disponível em: <http://www.cdsndu.org/ userfiles/file/00001/00001-20141231084839/6中国与尼日利亚的安全合作政策：挑战与前景-英.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2021.

NEWMAN, John. J. Barry; SCHMALBACH, John M. *United States History*. New York: Amsco School Publications, 734p, 2010.

OGUNFUWA, Ife. *Nigeria's duty-free export to US shrinks to $351m.* AGOA.info, 2020. Disponível em: <https://agoa.info/news/article/15819-nigeria-s-duty-free-export-to-us-shrinks-to-351-73m.html>. Acesso em: 14 jun. 2021.

OLIC, Nelson Bacic; CANEPA, Beatriz. *África:* terra, sociedades e conflitos. 2.ed. São Paulo: Moderna, 120 p., 2013.

OPALI, Otiato. *Nigeria, China mark 50th anniversary of diplomacy*. China Daily, 2021. Disponível em: <https://www.chinadaily.com.cn/a/202101/07/WS5ff7021ba31024ad0baa135c.html>. Acesso em: 30 jun. 2021.

OXFORD DIGITAL REPOSITORY. *A Riqueza de Angola:* Histórias de Guerra e Negligência. Setembro, 2001. Disponível em: <https://oxfamilibrary.openrepository.com/ bitstream/handle/10546/114083/bp02-angola-wealth-060901-pt.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 05 mai.2021.

PENA, Rodolfo F. Alves. *Boko Haram*. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/geografia/boko-haram.htm>. Acesso em: 16. jun. 2021.

PLOCH, Lauren. *Africa Command:* U.S Strategic Interests and the Role of the U.S. Military in Africa. Congressional Research Service Report for Congress, 2011.

RAJI, Shiitu Adewole; OGUNRINU, Adenike. Chinese investment and its implications for Nigeria's economic security. *Brazilian Journal of African Studies*. Porto Alegre, v. 3, n. 6, p. 123-142, Jul./Dec. 2018.

RIBEIRO, Elton Jony Jesus; TIBÚRCIO, James Augusto Pires. *A Presença Econômica Sul-Africana na África:* Comércio e Investimento. Boletim de Economia e Política Internacional, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4704/1/ BEPI_n4_presença.pdf>. Acesso em: 05 mai.2021.

SANTOS, Pedro André. *2,15 mil milhões para projecto "histórico" de David Chow.* Jornal Tribuna de Macau, 2015. Disponível em: <http://jtm.com.mo/local/215-mil-milhoes- para-projecto-historico-de-david-chow/>. Acesso em: 26 jun. 2021.

TAYLOR, Ian. *China's Oil Diplomacy in Africa*. International Affairs. Oxford University Press. London, v. 82, n. 6, p. 937-959, 2006.

THE ECONOMIST. *São Tomé signs a five-year cooperation agreement with China.* Intelligence Unit. 02 mai. 2017. Disponível em: <http://country.eiu.com/ article.aspx?articleid =1235375707&Country=São%20Tomé%20and%20Pr%C3%ADncipe&topic=Economy&subtopic=Forecast&subsubtopic=Economic+growth&u=1&pid=1985626782&oid=1985626782&uid=1>. Acesso em: 28 jun. 2021.

THE HERITAGE FOUNDATION. *A New Africa Strategy:* Expanding Economic and Security Ties on the Basis of Mutual Respect. 13 dez. 2018. Disponível em: <https://www.heritage.org/sites/ default/files/2019-02/HL1306.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2021.

THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/bilateral-country/chn/partner/>. Acesso em: 28 jun. 2021.

WANMING, Yang. *Um país, dois sistemas:* a pedra fundamental da prosperidade e da estabilidade de Hong Kong. Embaixada da RPC no Brasil, 2021. Disponível em: <http://br.china-embassy.org/por/sghds/t1861789.htm>. Acesso em: 30 jun. 2021.

WINGRIN, Dean. *58 years of South Africa-China defence cooperation.* Defence Web, 2020. Disponível em: <https://www.defenceweb.co.za/featured/48-years-of-south-africa- china-defence-cooperation/>. Acesso em: 04 jul. 2021.

_____. *China looks to increase defence ties with South Africa.* Defence Web, 2019. Disponível em: <https://www.defenceweb.co.za/featured/china-looks-to-increase-defence- ties-with-south-africa//>. Acesso em: 04 jul. 2021.

ANEXO A

Figura 1 - Recursos Naturais da África
Fonte: BAOBAB NEWS. Disponível em:<https://africa.baobab.news/2019/09/19/natural-resources-of-africa/>. Acesso em: 13 abr. 2021.

ANEXO B

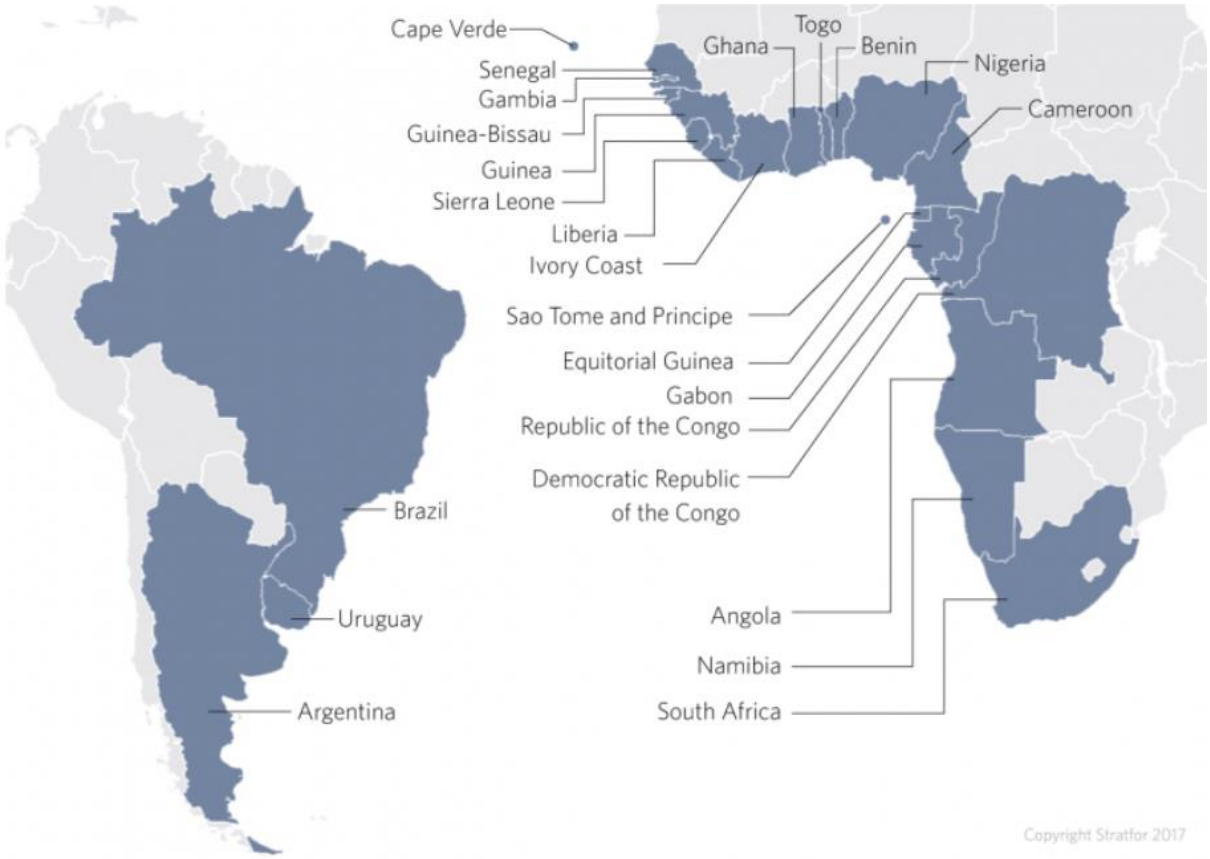

Figura 2 - Países pertencentes à ZOPACAS
Fonte: Stratfor. Disponível em: <https://worldview.stratfor.com/article/brazil-and-africa-bridge-south-atlantic>. Acesso em: 22 abr. 2021.

ANEXO C

Gráfico 1 - Balança Comercial entre EUA e Nigéria, período de 2000 a 2020
Fonte: AGOA.info. Disponível em: <https://agoa.info/profiles/nigeria.html>. Acesso em: 24 abr. 2021.

ANEXO D

Gráfico 2 - Balança Comercial entre EUA e Angola, período de 2000 a 2019
Fonte: AGOA.info. Disponível em: <https://agoa.info/profiles/angola.html>. Acesso em: 24 abr. 2021.

ANEXO E

Gráfico 3 - Balança Comercial entre EUA e África do Sul, período de 2000 a 2020
Fonte: AGOA.info. Disponível em: <https://agoa.info/profiles/south-africa.html>. Acesso em: 24 abr. 2021.

ANEXO F

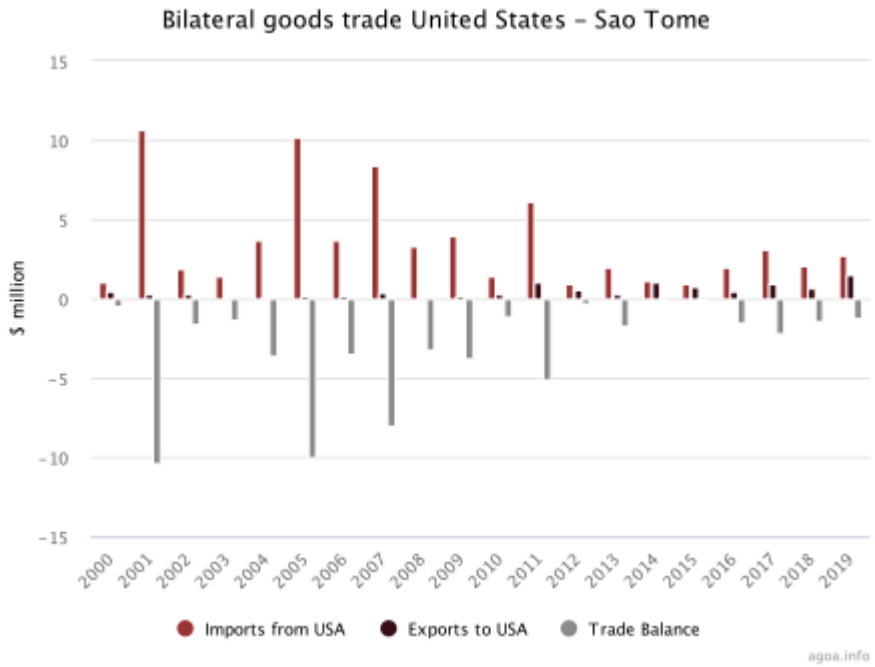

Gráfico 4 - Balança Comercial entre EUA e São Tomé e Príncipe, período de 2000 a 2019
Fonte: AGOA.info. Disponível em: <https://agoa.info/profiles/sao-tome.html>. Acesso em: 25 abr. 2021.

ANEXO G

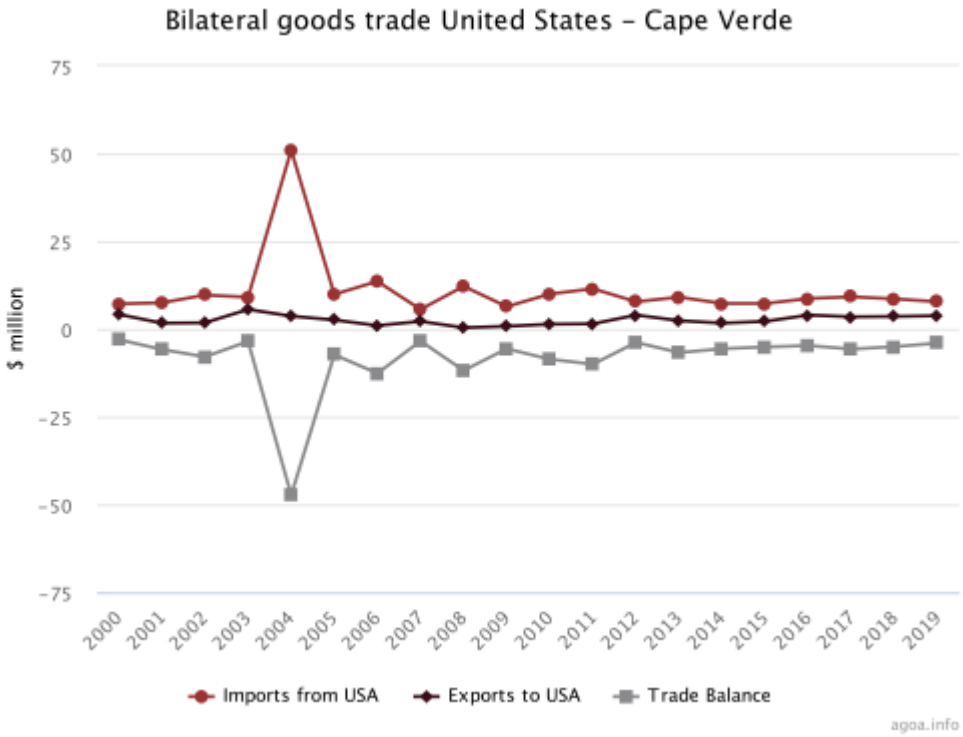

Gráfico 5 - Balança Comercial entre EUA e Cabo Verde, período de 2000 a 2019
Fonte: AGOA.info. Disponível em: <https://agoa.info/profiles/cape-verde.html>. Acesso em: 25 abr. 2021.

ANEXO H

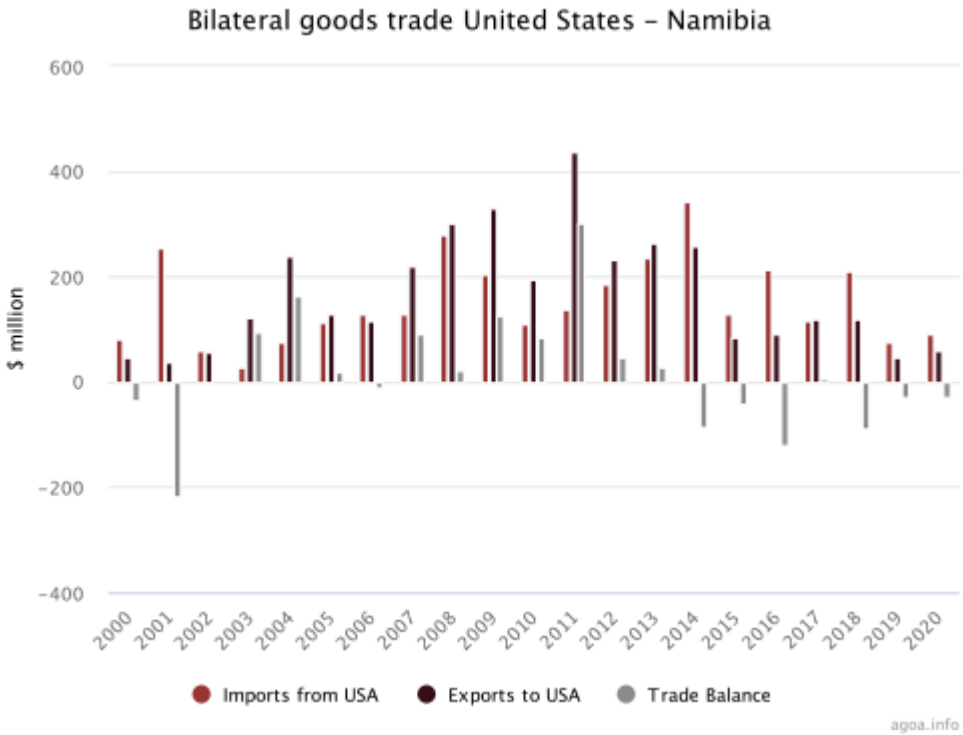

Gráfico 6 - Balança Comercial entre EUA e Namíbia, período de 2000 a 2020
Fonte: AGOA.info. Disponível em: <https://agoa.info/profiles/namibia.html>. Acesso em: 25 abr. 2021.

ANEXO I

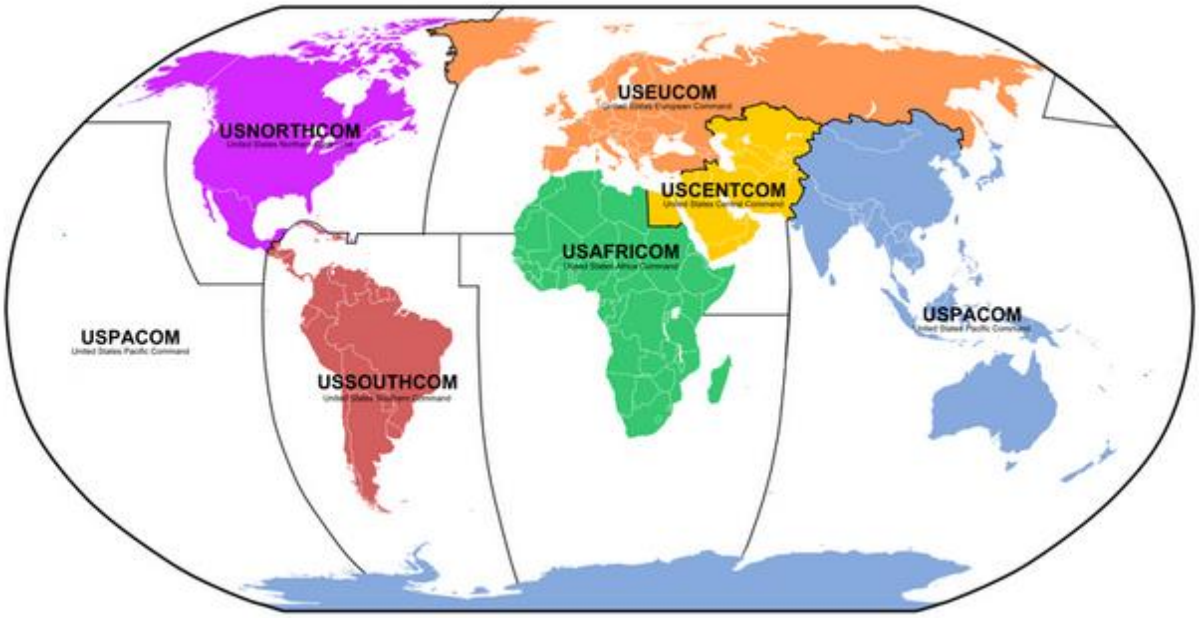

Figura 3 - *Unified Combatant Command's Areas of Responsibility*
Fonte: Researchgate. Disponível em: <https://www.researchgate.net/figure/Unified-Combatant-Commands-US-Department-of- Defense-source-Unified-nd_fig3_303975164>. Acesso em: 17 jun. 2021.

ANEXO J

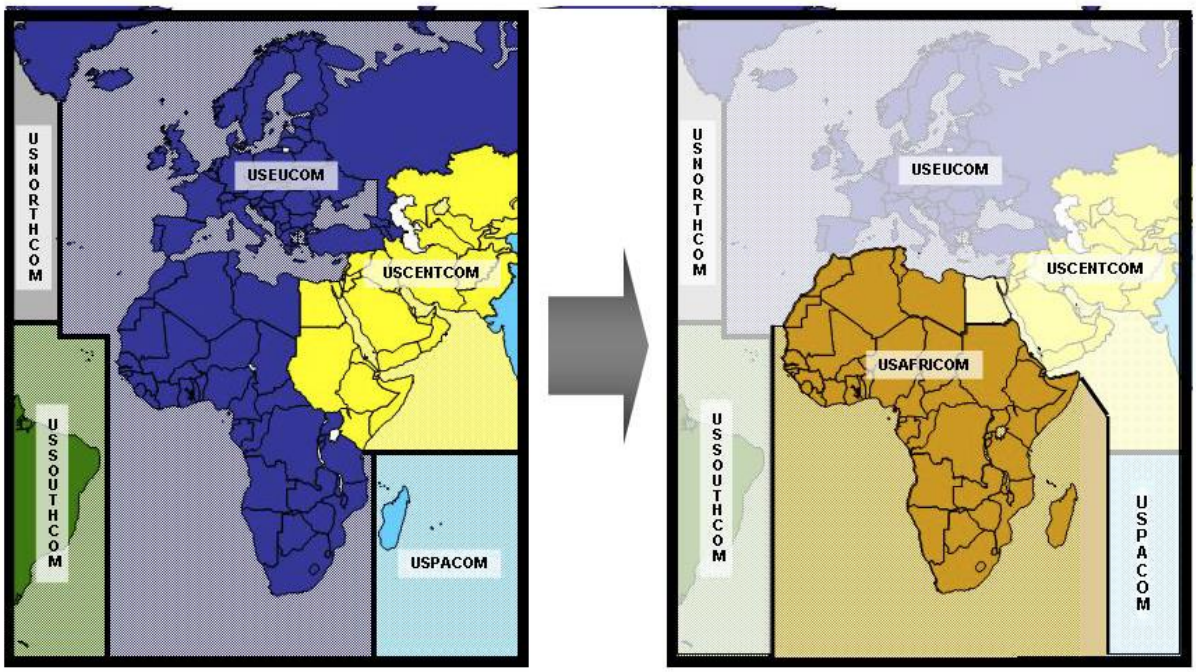

Figura 4 - US AFRICOM e sua criação a partir de partes da USEUCOM, USCENTCOM e USPACOM. Fonte: Naval History and Heritage Command. Disponível em: <https://www.history.navy.mil/research/library/online-reading-room/title-list-alphabetically/a/africa-command.html>. Acesso em: 17 jun. 2021.

ANEXO K

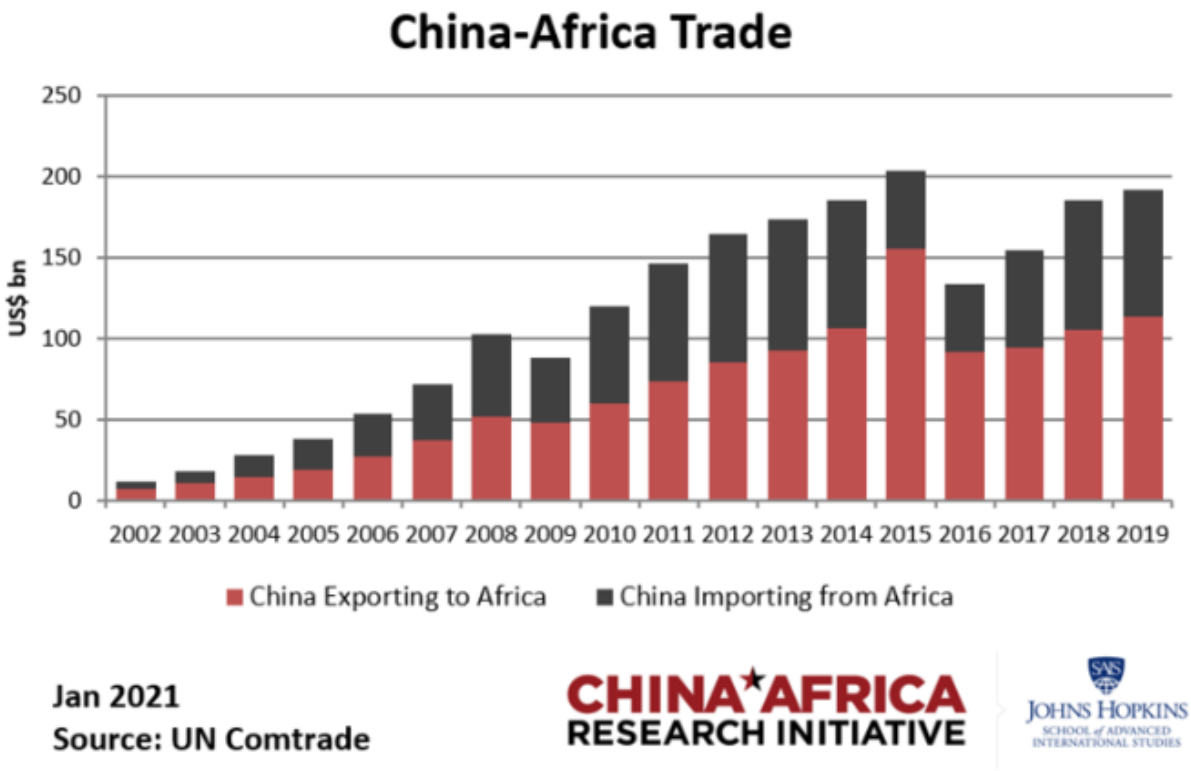

Figura 5 - Balança Comercial entre China e África, período de 2002 a 2019
Fonte: School of Advanced International Studies. Disponível em: <http://www.sais-cari.org/data-china-africa-trade>. Acesso em: 29 jun. 2021.

ANEXO L

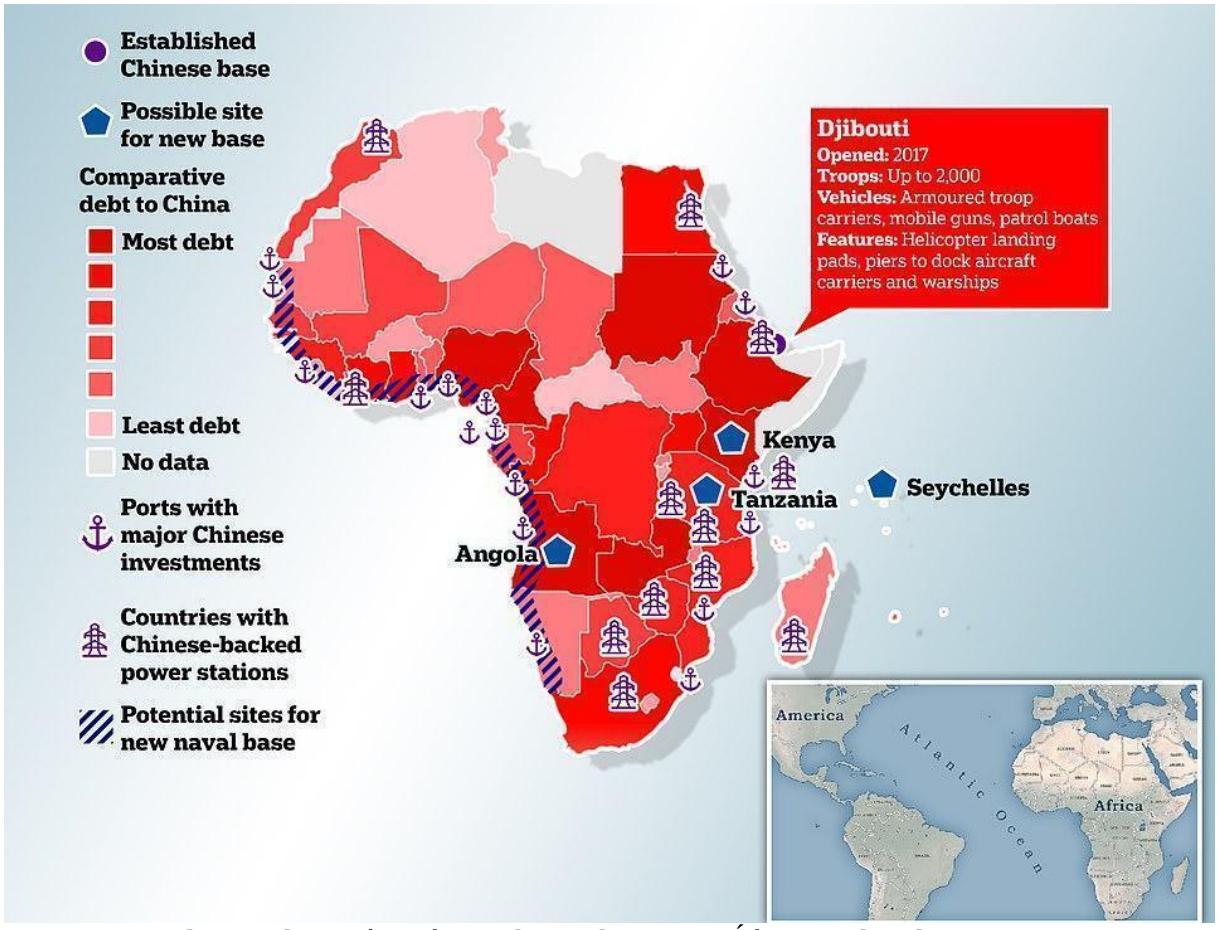

Figura 6 - Localização de possíveis futuras bases chinesas na África Ocidental
Fonte: Mail Online News. Disponível em: <https://www.dailymail.co.uk/news/article-9554253/How-China-bought-influence-Africa-warns-new-naval-base-there.html>. Acesso em: 10 jul. 2021.

ANEXO M

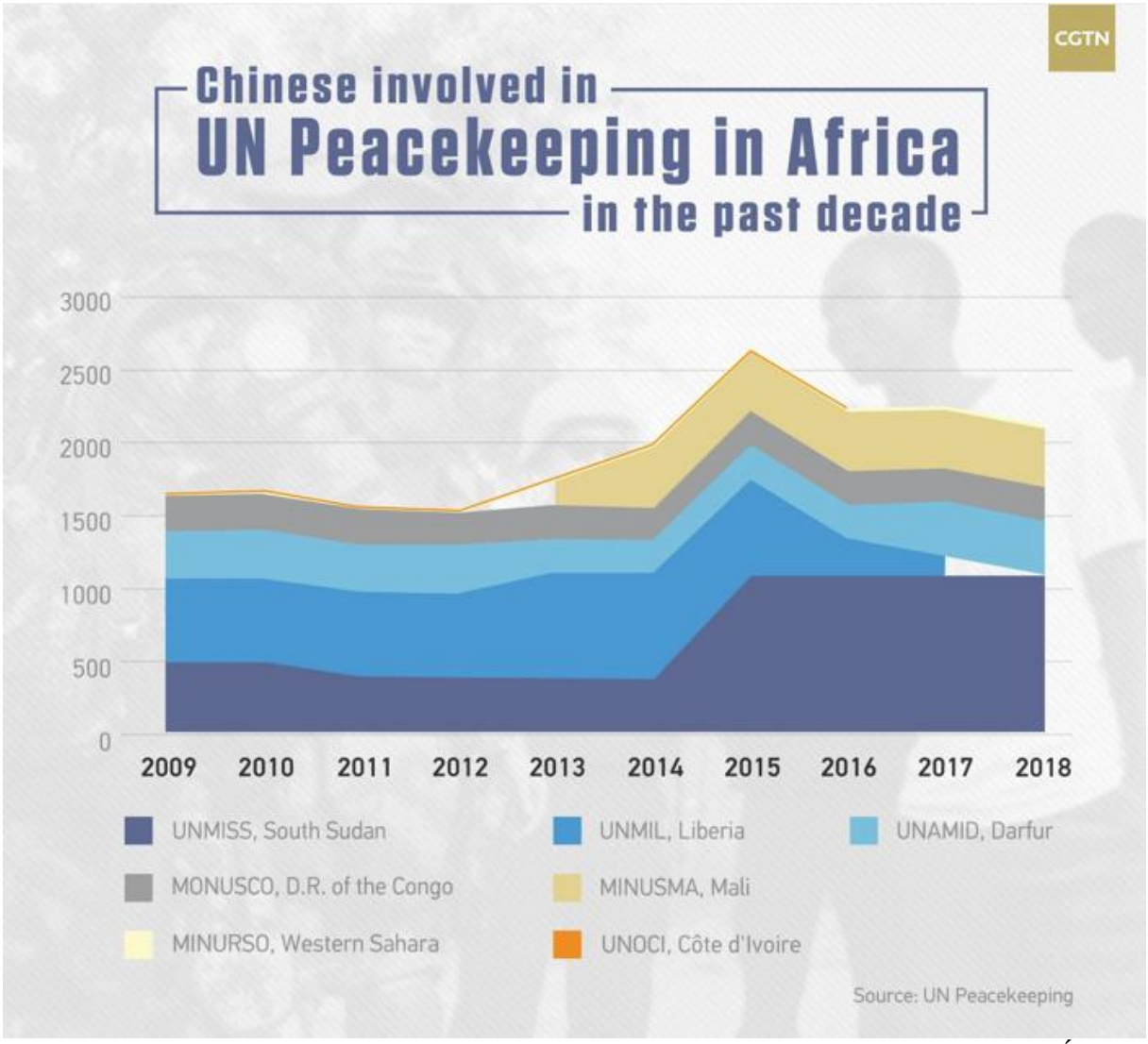

Figura 7 - Participação da China em Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas na África, período de 2009 a 2018.
Fonte: *China News Service Website.* Disponível em: <http://www.ecns.cn/news/politics/2018-08-31/detail-ifyxpqun1870358.shtml>. Acesso em: 24 jul. 2021.

ANEXO N

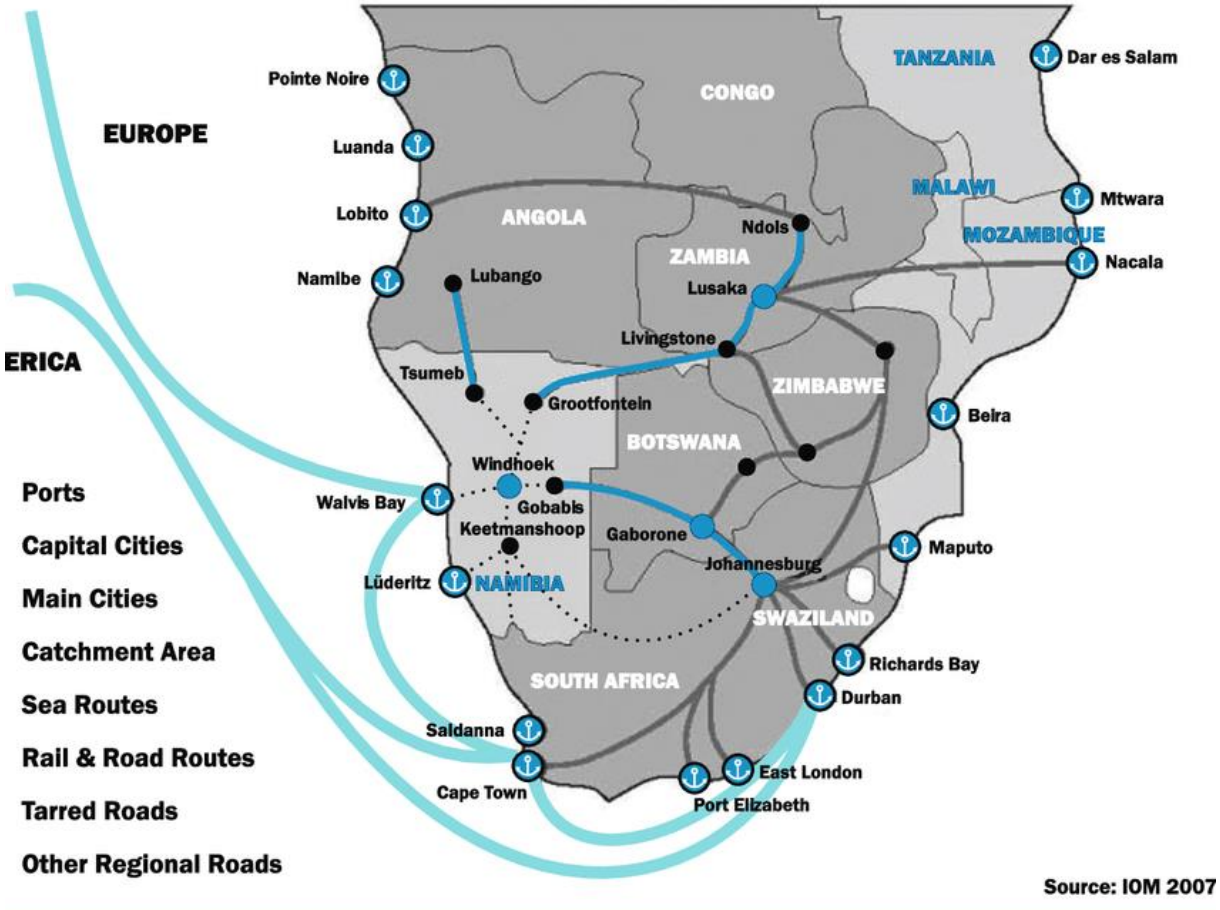

Figura 8 - Posição estratégica do porto de Walvis Bay
Fonte: Researchgate. Disponível em: <https://www.researchgate.net/figure/Southern-African-Corridor-Routes_fig1_49968671>. Acesso em: 12 jul. 2021.